



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO DE MINISTROS**



PLANO ANUAL DE CONTINGÊNCIA 2019

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO.....	7
1. INTRODUÇÃO	9
2. BALANÇO DA ÉPOCA CHUVOSA 2017/2018	10
2.1 SITUAÇÃO METEOROLÓGICA	10
2.2 AVALIAÇÃO DO ANO HIDROLÓGICO 2017/2018	10
2.3 AVALIAÇÃO GERAL DA CAMPANHA AGRÍCOLA 2017/18	10
2.4 IMPACTO DOS FENÓMENOS OCORRIDOS NA ÉPOCA CHUVOSA 2017/2018.....	11
3. PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL 2018/2019	11
3.1 ANTEVISÃO DA PRECIPITAÇÃO PARA O PERÍODO DE OUTUBRO 2018 À MARÇO 2019	11
3.2. PREVISÃO HIDROLÓGICA	12
3.2.1ANÁLISE DE RISCO DE CHEIAS NAS BACIAS HIROGRÁFICAS	12
3.2.2 ANÁLISE DE RISCOS DE CHEIAS URBANAS	12
3.23 ANÁLISE DA SITUAÇÃO DE ARMAZENAMENTO	16
3.3 INTERPRETAÇÃO DA PREVISÃO DA ÉPOCA CHUVOSA 2018/2019 NA AGRICULTURA	16
3.3.1 RECOMENDAÇÕES AGRO-TÉCNICAS A SEREM OBSERVADAS:	17
3.4 INTERPRETAÇÃO DA PREVISÃO DA ÉPOCA CHUVOSA 2018/2019 NA SAÚDE.....	17
3.4.1. IMPACTO NA SAÚDE- PREVISÃO DE OCORRÊNCIA DE CASOS DE MALÁRIA NO PAÍS	17
3.4.1 PREVISÃO DE OCORRÊNCIA DE CASOS DE CÓLERA NO PAÍS	18
4. ANÁLISE DO RISCO DE CALAMIDADES	19
4.1 PRINCIPAIS PERIGOS	19
4.2 FACTORES DE VULNERABILIDADE	19
4.3 FACTORES DE CONTENÇÃO	20
4.4 CENÁRIOS	21
4.4.1 Cenário I.....	21
4.4.2 Cenário II.....	22
4.4.3 Cenário III.....	23
4.5 PROVÁVEL IMPACTO NO SECTOR DA EDUCAÇÃO	24
4.6 PROVÁVEL IMPACTO NO SECTOR DA AGRICULTURA.....	24
4.7 PROVÁVEL IMPACTO NO SECTOR DE ESTRADAS	25
5. ACÇÕES SECTORIAIS A REALIZAR NAS FASES DE PRONTIDÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO	26
5.1 MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS PARA RESPOSTA À EMERGÊNCIA	27
6. BENS E DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS	41
6.1 OPERAÇÕES DE BUSCA E SALVAMENTO.....	41
6.2 ASSISTÊNCIA ALIMENTAR.....	42
6.3 ABRIGO	43
6.4 EDUCAÇÃO.....	44
6.5 ÁGUA E SANEAMENTO	45
6.6 MATERIAIS NECESSARIOS E DISPONIVEIS NO SECTOR DA SAÚDE	46
6.7 AGRICULTURA.....	47
6.8 COMITÉS LOCAIS DE GESTÃO DO RISCO DE CALAMIDADES NAS BACIAS DO LICUNGO, MESSALO E MEGARUMA.....	47
7. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS	48
7.1 ORÇAMENTO GLOBAL DO PLANO DE CONTINGÊNCIA POR CENÁRIOS.....	48
6.2 FUNDO DE GESTÃO DE CALAMIDADES	50
7. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, REVISÃO E MONITORIA	50

7.1 CONSELHO COORDENADOR DE GESTÃO DE CALAMIDADES (CCGC).....	50
7.2 CONSELHO TÉCNICO DE GESTÃO DE CALAMIDADES (CTGC)	50
7.3 CENTRO NACIONAL OPERATIVO DE EMERGÊNCIA (CENOE)	50
7.4 SECTORES DO CENOE: PAPEIS E RESPONSABILIDADES.....	51
7.5 COMPLEMENTARIDADE DAS ACÇÕES DA EQUIPE HUMANITÁRIA NACIONAL (HCT)	51
GLOSSÁRIO.....	53

ACRÓNIMOS

ANPS - Avaliação de Necessidade Pós-calamidades

ANE – Administração Nacional de Estradas

ARA – Administrações Regionais de Águas

CCGC - Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades

CVM - Cruz Vermelha de Moçambique

CLGRC - Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades

CTPGC - Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades

CTGC - Conselho Técnico de Gestão de Calamidades

CENOE - Centro Nacional Operativo de Emergência

COEs – Centros Operativos de Emergência

CA - Centro de Acomodação

CEGC - Comités Escolares de Gestão de Calamidades

DPEC – Direcção Provincial de Educação e Cultura

DAG - Desnutrição Aguda Grave

DAM - Desnutrição Aguda Moderada

DNGRH - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

DNSA – Direcção Nacional dos Serviços Agrários

DPGCAS - Direcção Provincial do Género, Criança e Acção Social

DRN - Direcção Regional Norte

DRC – Direcção Regional Centro

DRS – Direcção Regional Sul

ENSO - El Niño Oscilação Sul

FADM – Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FAO – Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FNUAP – Fundo das Nações Unidas de Apoio a População

FORCOM - Fórum das Rádios Comunitárias

GABINFO - Gabinete de Informação

GACOR - Gabinete de Coordenação do Reassentamento

GRC - Gestão do Risco de Calamidades

HCB - Hidroeléctrica de Cahora Bassa

HCT - Equipa Humanitária Nacional

HCTWG – Grupo de Trabalho da Equipa Humanitária Nacional

INAM – Instituto Nacional de Meteorologia

ICS - Instituto de Comunicação Social

INGC – Instituto Nacional de Gestão de Calamidades

JFM – Janeiro-Fevereiro-Março

MIC – Ministério da Indústria e Comércio

MTC – Ministério dos Transporte e Comunicações

MOPHRH – Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

MITADER – Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural

MASA - Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

MISAU – Ministério da Saúde

MINEDH- Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano

MINT - Ministério do Interior

MDN - Ministério da Defesa Nacional

MGCAS - Ministério do Género, Criança e Acção Social

OFDA – Gabinete para Assistência de Desastres no Exterior dos EUA

OIM – Organização Internacional para as Migrações

OND – Outubro-Novembro-Dezembro

OMS – Organização Mundial da Saúde

PRM – Polícia da República de Moçambique

PQG - Programa Quinquenal do Governo

PC - Plano de Contingência

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PMA – Programa Mundial de Alimentação

SARCOF - Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática

SAC - Sistema de Aviso de Cheias

SSTs - Temperaturas da Superfície do Mar (*sigla em inglesa*)

SADC – Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

SETSAN - Secretariado Técnico de Segurança Alimentar

SDGCAS – Serviços Distritais do Género, Criança e Acção Social

SMS - Serviço de Mensagens Curtas

UNAPROC - Unidade Nacional de Protecção Civil

UNHABITAT – Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

VBG - Violência Baseada no Género

ZCIT - Zona de Convergência Intertropical

SUMÁRIO EXECUTIVO

Moçambique é um país com uma elevada frequência, alternância e intensidade de eventos extremos, sobretudo ciclones, cheias, secas, epidemias e Sismos. A vulnerabilidade do País a estes eventos resulta da sua localização a jusante de nove rios internacionais, da existência de zonas sísmicas activas, de zonas áridas e semiáridas e ainda pelo facto do País possuir uma extensa zona costeira que sofre a influência de ciclones tropicais e de perdas e ganhos excessivos de humidade.

Ao abrigo do disposto no Artigo 12 da Lei nº15/2014 (Lei de Gestão de Calamidades), o Governo elabora anualmente Planos de Contingência para a mitigação e gestão do risco de desastres que contempla intervenções intersectoriais para uma rápida resposta e recuperação resiliente pós-desastres.

A previsão climática sazonal para a época 2018-2019 na SADC, divulgada em Agosto de 2018 pelo Fórum Regional de Previsão Climática para a África Austral (SARCOF), foi ajustada para o contexto climatológico de Moçambique e interpretada para a hidrologia, agricultura e Saúde.

Deste modo, a previsão climática para Moçambique indica, para o período Outubro-Novembro-Dezembro (OND) de 2018, a probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo do normal nas regiões Sul e Centro do País, exceptuando as províncias da Zambézia (partes central e norte) e Tete (extremo nordeste)

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março (JFM) de 2019, há probabilidade de ocorrência de chuvas normais com tendência para abaixo de normal nas zonas Sul e Centro do País.

O prognóstico hidrológico, para período de Outubro-Novembro-Dezembro de 2018, aponta a possibilidade de um Risco Moderado de Cheias nas Bacias Hidrográficas de Savane, Licungo, Meluli, Megaruma, Messalo e Lugenda.

No período de Janeiro-Fevereiro-Março de 2019, prevê-se: (i) Risco Moderado de Cheias nas Bacias Hidrográficas de Mutamba, Inhanombe, Buzi, Pungue, Zambeze, Lurio, Meluli, Mecuburi, Ligonha, Monapo e Lugenda; (ii) Risco Moderado a Alto de cheias nas Bacias hidrográficas Savane, Licungo e Montepuez; e (iv) Risco Alto de Cheias nas Bacias Hidrográficas de Megaruma e Messalo.

O Sector de Agricultura prevê que, no período Outubro-Novembro-Dezembro de 2018 as necessidades hídricas poderão ser baixa muito baixas em algumas províncias, em quase toda a extensão do País, excepto algumas partes do planalto da Zambézia onde se espera um índice moderado (70 à 90%).

Para o período Janeiro-Fevereiro-Março de 2019 está prevista uma melhoria significativa nas regiões Norte e Centro onde o índice das necessidades hídricas das culturas será alto (91 à 100%). Na região Sul, espera-se a prevalência de um índice muito baixo (0 à 50%) à baixo (51 à 70%) para satisfação hídrica das culturas, com maior destaque para as províncias de Maputo e Gaza.

A elaboração do presente Plano Nacional de Contingência envolveu intervenientes intersectoriais de nível local e nacional, incluindo os parceiros de cooperação.

O presente plano prevê três cenários de população em risco:

Cenário I – Um total de **875 791 pessoas em risco** de serem afectadas por ventos fortes, seca e inundações nas cidades e vilas.

Cenário II – Fenómenos do Cenário I adicionados a ocorrência de cheias de magnitude alta e ciclones, elevando para **1 540 560** o número de **pessoas em risco**.

Cenário III – Combinação do Cenário II acrescido a ocorrência de sismos, totalizando **1.746.630** o número de **pessoas em risco**.

Com base nas análises técnicas feitas, associadas as experiências dos anos anteriores, chegou-se a conclusão de que o Cenário II é o mais provável de ocorrer no País sem, contudo, descartar a possibilidade de ocorrência do cenário extremo. Outro factor a ter em conta, na época 2018/2019, é a situação da insegurança alimentar e nutricional que está a afectar pelo menos 162.945 famílias que necessitam de assistência imediata para fortalecer a sua capacidade de resiliência.

O orçamento global projectado para o Cenário II do Plano presente de Contingência é de cerca de **1.3 mil milhões de meticais**. O Governo inscreveu no Orçamento do Estado 2019 cerca de **206 milhões** de Meticais para o Plano de Contingência, o que significa que o défice para operacionalização do actual Plano de Contingência é de **1.1 mil milhões meticais** que necessitam de ser mobilizados.

Outubro de 2018

1. INTRODUÇÃO

O Plano Anual de Contingência é o documento oficial do Governo de Moçambique que serve de base para o processo de coordenação, resposta e gestão de eventos extremos, sendo os mais frequentes as cheias, ciclones, epidemias e secas. Este documento é elaborado anualmente pelo Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)¹, com o envolvimento da Equipa Humanitária Nacional (HCT)². Os pressupostos para a elaboração do Plano de Contingência são: o balanço da época chuvosa anterior, a previsão climática sazonal³ e a sua interpretação para a Hidrologia, Agricultura e Saúde.

O Plano de Contingência (PC) para a época 2018-2019 tem como objectivos Reduzir a perda de vidas humanas e destruição de infraestruturas vitais em Moçambique, assim como assegurar a rápida assistência humanitária e a normalização da vida dos afectados pelos eventos extremos. Neste sentido, este PC destaca os seguintes aspectos:

- Principais ameaças susceptíveis de causar situações de emergência;
- Zonas de risco e possíveis impactos;
- Actividades sectoriais de prontidão, resposta e recuperação;
- Recursos disponíveis e necessários para a resposta e gestão de desastres.

O Plano de Contingência é elaborado em moldes descentralizado a partir de dados colhidos e sistematizados a nível distrital e provincial. A globalização dos dados é feita pelo Conselho Técnico de Gestão de Calamidades, nível central, num processo que culmina com a sua aprovação pelo Conselho de Ministros.

¹ Integram o CTGC sectores ou instituições do Governo ligadas a prevenção, gestão e redução do risco de desastres

² A HCT é constituída pelas Agências do Sistema das Nações Unidas e Organizações da Sociedade Civil que trabalham na área de redução do Risco de Desastres.

³ A previsão Climática Sazonal é feita anualmente em Agosto pelo Fórum Regional da África Austral para a Previsão Climática (SARCOF) e mostra a provável distribuição espacial da quantidade e queda de chuvas na SADC entre os meses de Outubro e Março.

2. BALANÇO DA ÉPOCA CHUVOSA 2017/2018

2.1 Situação Meteorológica

A percentagem da precipitação observada de Outubro a Dezembro (OND) de 2017 no território nacional esteve próximo do normal climatológico, exceptuando as províncias da região sul do país e parte da província de Manica, onde a precipitação esteve abaixo do normal. Grande parte das províncias de Nampula e Cabo Delgado, registaram precipitação acima do normal, conforme ilustrado na Figura 1 (a e b).

No período de Janeiro à Março (JFM) 2018, o País registou queda normal de chuvas, excepto parte da província de Cabo Delgado, parte central da província de Nampula e a faixa costeira da província de Maputo, onde se registou chuvas acima do normal. Grande parte das províncias de Gaza e Tete registaram chuvas abaixo do normal climatológico - Ver Mapas 1a e 1b.

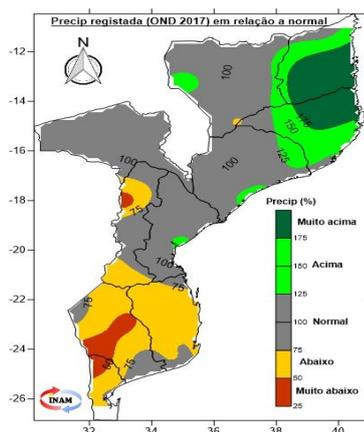


Figura 1(a): Avaliação percentual da precipitação registrada em relação a normal climatológica, OND de 2017

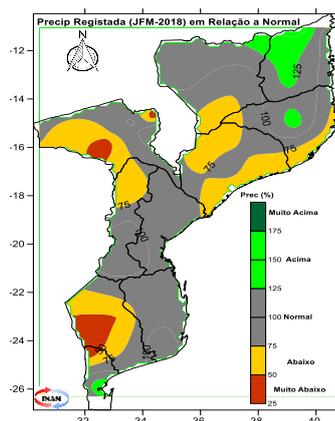


Figura 1(b): Avaliação percentual da precipitação registrada em relação a normal climatológica, JFM de 2018.

2.2 Avaliação do Ano Hidrológico 2017/2018

A época chuvosa 2017/2018 foi caracterizada por escoamentos **moderados a altos**. Durante o período de OND de 2017, as bacias do Meluli, Messalo e Megaruma atingiram o nível de alerta, tendo esta última provocado inundações e corte de estrada entre os distritos de Mecúfi e Chiure.

No período de JFM 2018, houve registo de escoamentos baixos nas bacias indicadas, o que corresponde ao resultado previsto em relação aos escoamentos. As bacias de Maputo, Limpopo, Save, Gorongosa e Lúrio, incluindo as bacias costeiras de Nampula registaram inundações moderadas.

Das 8 bacias previstas para a ocorrência de cheias de risco moderado a alto, 7 registaram escoamentos altos, causando inundações moderadas a altas.

Em relação às zonas urbanas, houve registo de inundações nas cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane e erosão nas cidades de Chimoio, Nampula, Nacala e Tete.

2.3 Avaliação Geral da Campanha Agrícola 2017/18

Durante a primeira época da campanha agrícola, a sementeira cobriu cerca de 87% da área planificada (5,2 milhões de hectares). Todavia, houve registo de perdas num total de 274.742 hectares de culturas diversas, devido ao efeito combinado de inundações, estiagem e pragas. A área total perdida corresponde cerca de 5,2% da área total semeada.

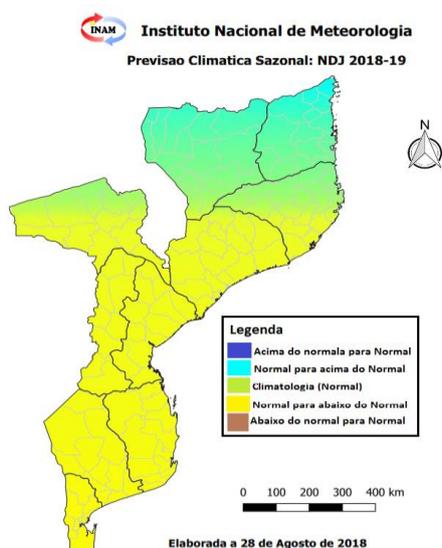
2.4 Impacto dos fenómenos ocorridos na época chuvosa 2017/2018

O País registou um total 152.246 pessoas afectadas, 21.774 casas destruídas (das quais 14.461 parcialmente e 7.313 totalmente), 664 salas de aulas destruídas (das quais 463 parcialmente e 201 totalmente), 18 unidades sanitárias e 5 sistemas de abastecimento de água afectados, sobretudo por chuvas e ventos fortes e pela passagem de uma depressão tropical com impactos significativos na zona norte do País.

3. PREVISÃO CLIMÁTICA SAZONAL 2018/2019

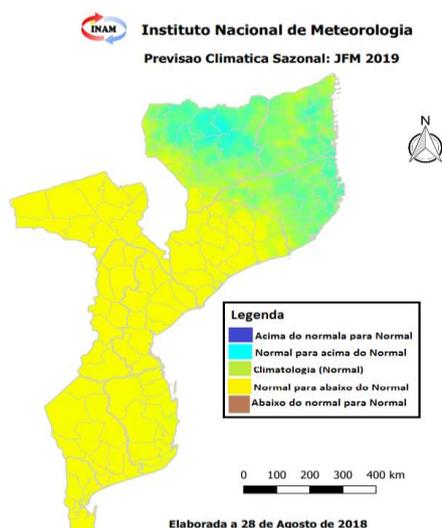
3.1 Antevisão da precipitação para o período de outubro 2018 à março 2019

O Instituto Nacional de Meteorologia (INAM) prognostica para o período OND 2018 uma maior probabilidade de ocorrência de:



- i. **Chuvas normais com tendência para acima do normal** em toda a extensão das províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, e os distritos a norte da província da Zambézia
- ii. **Chuvas normais** para os distritos a leste-nordeste de Tete, centro oeste e leste da Zambézia e;
- iii. **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal** na maior extensão da província de Tete e sul da Zambézia e toda a extensão das províncias de Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo.

Figura 2(a): Previsão da precipitação para o período OND 2018.



Para o período JFM de 2019, o INAM prevê maior probabilidade de ocorrência de:

- I. **Chuvas normais com tendência para acima do normal** nas províncias de Cabo Delgado, Nampula e norte a centro-leste de Niassa;
- II. **Chuvas normais com tendência para abaixo do normal** para a parte oeste e sul da província do Niassa e oeste de Nampula e a totalidade das províncias da Zambézia, Tete, Manica, Sofala, Inhambane, Gaza e Maputo.

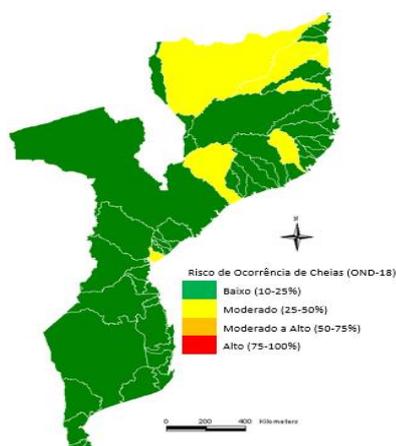
Figura 2 (b): Previsão da precipitação para JFM 2019.

3.2. PREVISÃO HIDROLÓGICA

3.2.1 Análise de Risco de Cheias nas Bacias Hidrográficas

Os pressupostos considerados para a elaboração da previsão hidrológica foram os seguintes:

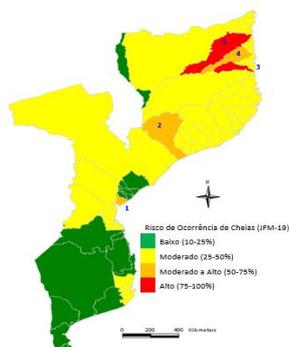
- i. Interpretação quantitativa das previsões do SARCOF e do INAM;
- ii. Índice de humidade do solo;
- iii. Nível de enchimento das albufeiras nacionais e dos países a montante e;
- iv. Nível de vulnerabilidade das bacias em relação às infraestruturas de defesa.



Para o período, OND 2018 prevê-se risco baixo de ocorrência de cheias em todas as bacias hidrográficas com exceção das bacias de Save, Licungo, Meluli, Megaruma, Messalo e Lugenda que apresentam risco moderado de ocorrência de cheias.

Figura 3(a): previsão de risco de ocorrência de cheias para OND-2018.

Para o período JFM 2019, prevê-se:



- **Risco Baixo de Ocorrência de Cheias** nas bacias hidrográficas do Maputo, Umbeluzi, Incomati, Limpopo, Inharrime, Govuro e Save.
- **Risco Moderado de Ocorrência de Cheias** nas bacias hidrográficas do Inhanombe, Mutamba, Buzi, Pungue, Zambeze, Costeira da província de Nampula, Lurio e Lugenda.
- **Risco Moderado a Alto de Ocorrência de cheias** nas bacias do Savene (1), Licungo (2) e Montepuez (4).
- **Risco Alto de ocorrência de cheias** nas bacias hidrográficas do Megaruma (3) e Messalo (5).

Figura 3(b): Previsão de risco de ocorrência de cheias para e JFM-2019.

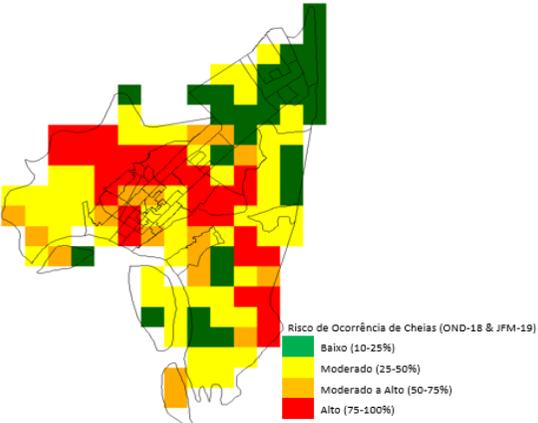
3.2.2 Análise de riscos de cheias Urbanas

A análise de risco de cheias urbanas compreende os períodos Outubro de 2018 à Março de 2019. Para a elaboração da previsão de ocorrência de inundações urbanas foram considerados os seguintes pressupostos: (i) interpretação quantitativa das previsões do SARCOF e do INAM, (ii) topografia do terreno e (iii) existência de infraestruturas de drenagem.

Quadro 1: Análise de riscos de cheias Urbanas

Cidade	Zonas Urbanas			
	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderato Alto	Risco Alto
<p>Maputo/Matola</p> <p>Risco de Ocorrência de Cheias (OND-18 & JFM-19)</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixo (10-25%) Moderado (25-50%) Moderado a Alto (50-75%) Alto (75-100%) 	<p>Mucatine, Boquisso, Muhalaze, Mali, Momemo, 1° de Maio, Matola B, Polana Cimento A e B, Central A e B, Maxaquene C e D, Chamanculo A, FPLM, Mavalane B, Nsalene, Sommerschild e Coop</p>		<p>25 de Junho A, Acordos de Luzaka, Machava A, Matola Gare, Ndlavela, Patricio Lumumba, S. Damanso, Singatela, Trevo, Tsalala, Unidade D, Vale de Infulene</p>	<p>Matola A, J, H, D e F, Fomento, Liberdade, Luis Cabral, Chamanculo C & B, Xipamanine, Aeroporto A & B, Munhuana, Mafalala, Urbanização, Costa do Sol, Mutanhana e Nkobe</p>
<p>Beira</p> <p>Risco de Ocorrência de Cheias (OND-18 & JFM-19)</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixo (10-25%) Moderado (25-50%) Moderado a Alto (50-75%) Alto (75-100%) 	<p>Alto da Manga, Pontagea e, Macuti</p>	<p>Bairros do Matadouro, Vila Massane, Mungassa, Inhamizua, Chingussura e Nhaconjo</p>	<p>Pioneiros, Matacuane, Mananga, Chota, Munhava e Esturro</p>	<p>Bairros Ndunda, Manga Mascarrenha, Vaz, Munhava, Macurrungo, Chipangara, Chaimite (Praia Nova) e Maraza</p>

Análise de riscos de cheias Urbanas

Cidade	Zonas Urbanas			
	Risco Baixo	Risco Moderado	Risco Moderato Alto	Risco Alto
Quelimane  <p>Risco de Ocorrência de Cheias (OND-18 & JFM-19)</p> <ul style="list-style-type: none"> Baixo (10-25%) Moderado (25-50%) Moderado a Alto (50-75%) Alto (75-100%) 	Cololo, Minganom Filipe Samuel Magia, Namuinho	Sanpene, 3 de Fevereiro, Coalane	Icídua, 7 de Abril, Floresta	Aeroporto, Santagua, Cansa, Samugué, Manhaua, Brandão, Micajune, Vila Pita, Torrone

3.2.3 Análise da Situação de Armazenamento

Para as regiões Sul e Centro do País, e em particular nas albufeiras das barragens dos Pequenos Libombos, Corumana, Massingir, Chicamba e Cahora Bassa não se prevê atingir o Nível de Pleno Armazenamento (NPA), contrariamente as albufeiras da região norte nomeadamente: Nampula, Nacala e Chipembe, que poderão atingir no segundo período da época chuvosa – ver tabela...

Tabela 1: Capacidade de armazenamento actual e prevista até ao final da época chuvosa 2018/19 para as principais albufeiras nacionais.

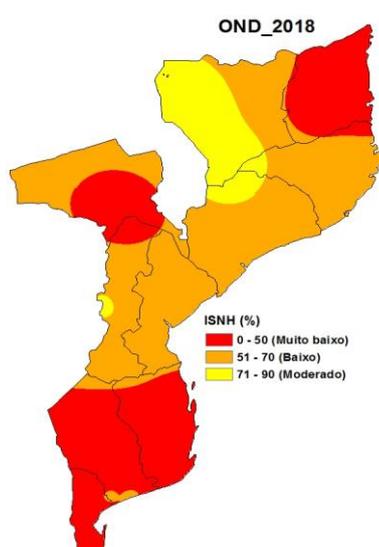
Região	Barragens	Capacidade de Armazenamento (%)	
		Actual	Previsão até Abril de 2019
Sul	Pequenos Libombos	27	50
	Corumana	46	70
	Massingir	50	80
Centro	Chicamba	72	90
	Cahora Bassa	77	95
Norte	Nampula	96	100
	Nacala	96	100
	Chipembe	98	100

3.3 Interpretação da previsão da época chuvosa 2018/2019 na agricultura

Para a elaboração do cenário agrícola, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Interpretação quantitativa da previsão climática sazonal do INAM;
- Dados históricos da precipitação acumulada de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março;
- Dados históricos da Evapotranspiração Potencial (ETP) acumulada para iguais períodos e;
- Décadas de sementeiras.

Para o período OND 2018, prevê-se:

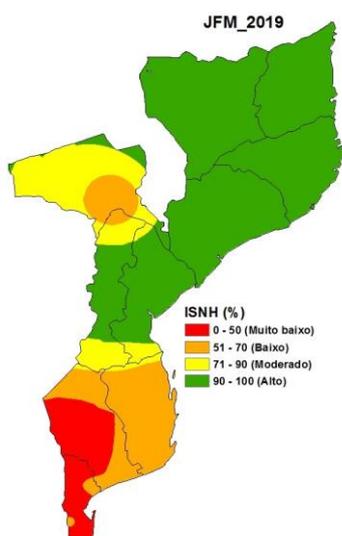


Na região Norte, província de Cabo Delgado, **índice muito baixo**, até 51% de satisfação das necessidades hídricas das culturas; **Índice baixo** (51 à 70%) para Nampula e **índice baixo a moderado** (71 à 90%) para província de Niassa.

Na região Centro, províncias de Manica, Sofala, Tete e Zambézia **índice baixo** (51 à 70%) de satisfação das necessidades hídricas das culturas, com excepção da parte central da província de Tete que espera-se **índice muito baixo**, até 50% e o planalto da Zambézia que espera-se **índice moderado** (70 à 90%).

Na região Sul, províncias de Inhambane, Gaza e Maputo **apresentam em geral índice muito baixo**, até 50% de satisfação das necessidades hídricas das culturas.

Figura 4 (a): *Necessidades hídricas das culturas (NHC) para OND 2018.*



Para o período JFM 2019, em geral prevê-se: Melhoria significativa na **região Norte** onde o índice de satisfação das necessidades hídricas das culturas **será alto** (91 à 100%).

Na **região Centro**, (províncias de Sofala, Manica, Zambézia e planalto de Tete) prevê-se **índice alto** (91 à 100%) e na província de Tete em geral, espera-se índice baixo (51 à 70%) à moderado (71 à 90%).

Na **região Sul**, prevê-se a prevalência de **índice muito baixo** (0 à 50%) à **baixo** (51 à 70%), nas províncias de Maputo e Gaza e Inhambane.

Figura 4 (b): *Necessidades hídricas das culturas (NHC) para JFM 2019.*

3.3.1 Recomendações Agro-técnicas a serem observadas:

Região Sul - Sementeiras **tardias e escalonadas**, usando variedades de **ciclo curto**, para que as necessidades hídricas sejam satisfeitas principalmente no período JFM.

Região Centro - sementeiras tardias e uso de **variedades de ciclo curto e médio** para que as necessidades hídricas sejam satisfeitas, principalmente na fase vegetativa e de floração que deve coincidir com a transição do período OND e JFM.

Região Norte - Sementeiras tardias com variedades de **ciclo curto e médio**.

No geral deve-se fazer o aproveitamento máximo e integral das zonas baixas e húmidas com variedades de **ciclo curto**, devendo-se dar maior atenção às zonas de eclosão de pragas/doenças.

Nas regiões de risco de escassez de precipitação, é fundamental assegurar a existência de stock de forragem.

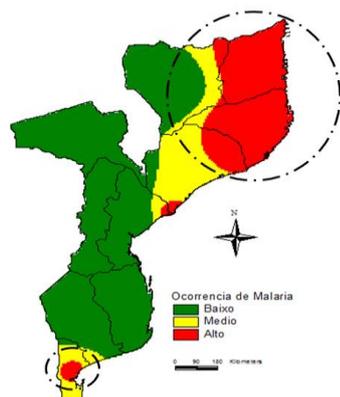
3.4 Interpretação da previsão da época chuvosa 2018/2019 na saúde

3.4.1. Impacto na saúde- Previsão de ocorrência de casos de malária no país

Para a elaboração do risco de casos de malária, foram considerados os seguintes pressupostos:

- Interpretação quantitativa da previsão climática sazonal do INAM;
- Dados de precipitação acumulada de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março (período de 2000 a 2017);
- Dados de casos de malária agregados pelos trimestres de Outubro a Dezembro e de Janeiro a Março (período de 2000 a 2017).

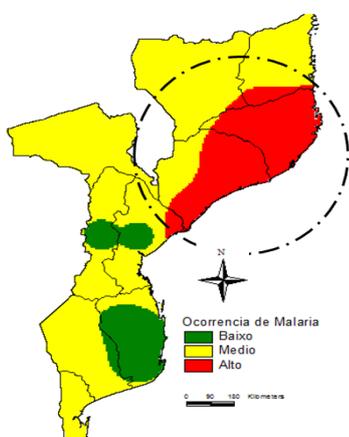
Com base nos pressupostos acima, prevê-se para o período de **OND 2018**:



- Alto risco de ocorrência de casos de malária em algumas regiões do país, principalmente no litoral das províncias de Cabo Delgado, Nampula, Zambezia e Maputo;
- Risco moderado de casos de malária, nas províncias de Niassa, Nampula, Zambézia, Manica, Gaza e Maputo;
- Baixo risco de ocorrência de casos de malária em quase toda extensão oeste, do sul ao norte.

Figura 5(a): Risco de casos de Malária no período OND.

Para o período **JFM 2019**, prevê-se:



- Alto risco de ocorrência de casos de malária nas províncias de Zambézia e Nampula, principalmente ao nível da região costeira;
- Risco moderado de casos de malária, em todo o país, do sul ao norte do país, principalmente nas províncias do oeste.
- Baixo risco de ocorrência de casos de malária na região sul e centro, principalmente nas províncias de Inhambane, Sofala e Manica.

Figura 5(b): Risco de casos de Malária no período JFM 2019.

3.4.1 Previsão de ocorrência de casos de cólera no país

Para a análise do risco de cólera foram considerados os seguintes pressupostos:

- Dados nacionais referentes aos casos de cólera registados nos últimos cinco anos (2013-2017);
- Dados de casos de cólera agregados e cumulativos dos trimestres OND e JFM durante o período de 2013-2017.

Os resultados da análise das previsões climáticas, mostram o seguinte:

Possibilidade de ocorrência de casos de cólera em todo país, sendo que as províncias de Cabo-Delgado e Nampula apresentam risco alto, enquanto que as províncias da Zambezia e Tete apresentam risco moderado e risco baixo nas províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.

4. ANÁLISE DO RISCO DE CALAMIDADES

A análise de risco feita no presente plano de contingência respeita a definição clássica do risco⁴.

4.1 Principais Perigos

A previsão climática sazonal para a época chuvosa e ciclónica 2018/2019 indica que, no geral, o País poderá registar chuvas normais com tendência para abaixo do normal nas regiões sul e centro, de Outubro 2018 a Março 2019. Para a zona norte, prevê-se chuvas normais com tendência para acima do normal durante a época chuvosa. Nos distritos a norte da província da Zambézia espera-se chuvas normais com tendência para acima do normal no período de OND 2018.

As chuvas previstas poderão resultar em risco moderado a alto de **cheias** e **inundações** para as bacias hidrográficas do *Savene, Licungo e Montepuez* e risco alto para a bacia do *Megaruma e Messalo* na zona norte do país. Prevê-se ainda risco alto de cheias urbanas em algumas cidades importantes como Maputo, Matola, Beira e Quelimane.

Contudo, a previsão de ocorrência de chuvas abaixo do normal para o período JFM-2019, principalmente nas províncias do Sul e Centro do país, poderá concorrer para a prevalência da **Seca**, agravando a situação da insegurança alimentar nomeadamente nas províncias de Gaza, Inhambane e Tete.

O aquecimento das águas superficiais do Oceano Índico poderá contribuir para a formação de **depressões e ciclones tropicais** com algum impacto sobre as cidades e vilas costeiras do país. Igualmente, devido aos sistemas de baixas pressões de origem térmica na região Austral e Central de África, há probabilidade de ocorrência de **vendavais e trovoadas**.

O País deverá estar preparado para responder a prováveis situações de **epidemias** (malária, doenças diarreicas, cólera), deslocados internos devido a combinação de fenómenos naturais extremos (**cheias, ciclones, sismos**) bem como surto de pragas (lagarta do funil do milho), que podem comprometer a produção agrícola em algumas zonas do País.

4.2 Factores de Vulnerabilidade

A vulnerabilidade do País aos desastres resulta dos seguintes factores: (i) sua localização à jusante de nove rios internacionais; (ii) a existência de zonas áridas e semi-áridas; (iii) a longa extensão do território nacional localizada na zona de convergência intertropical, sujeita a perdas e ganhos excessivos de humidade; (iv) a extensa zona costeira que sofre a influência de ciclones tropicais e a existência de zonas sísmicas activas.

No geral, a vulnerabilidade do país aos perigos naturais deve-se, aos seguintes aspectos:

- A fraca implementação sistemática de medidas estruturais e não estruturais críticas de redução de risco de desastres;
- A fraca capacidade institucional de prontidão, resposta e rápida recuperação pós emergências;
- A existência e exposição de infra-estruturas críticas não resilientes nas zonas de elevado risco de desastres;
- A ocupação das zonas de risco sem consideração às medidas de resiliência e de redução de risco;

⁴ A probabilidade de um evento acontecer vezes o impacto associado ao evento e inclui elementos de vulnerabilidade e exposição.

- A fraca capacidade institucional para garantir aplicação das leis e políticas referentes ao planeamento físico e ordenamento territorial resultando na ocupação massiva das zonas de risco;
- A insuficiência de infra-estruturas hidráulicas para a regulação dos caudais dos rios;
- A inexistência ou deficiente funcionamento de sistemas de escoamento das águas pluviais e residuais;
- A deposição de resíduos sólidos nas valas de drenagem e deficiente limpeza das mesmas.

A vulnerabilidade do sector de infra-estruturas merece uma atenção especial devido ao impacto significativo que este sector tem ciclicamente registado, calculado em termos de danos cumulativos e custo de reconstrução.

4.3 Factores de Contenção

A necessidade de adopção de medidas de redução de risco de desastres em Moçambique é contextual e de carácter socio-económico imperativo devido aos múltiplos e recorrentes choques que afectam o país, por um lado. Por outro, a integração de medidas de gestão e redução de risco de calamidades nas principais políticas públicas como o Programa Quinquenal do Governo 2015-2019 e o Plano Director para Redução do Risco de Desastres 2017-2030 reflectem os avanços e firmeza do Governo nesta direcção.

De entre as medidas e acções realizadas pelo Governo e parceiros de cooperação que contribuem para a redução da vulnerabilidade, destacam-se as seguintes:

- Repostas as infra-estruturas danificadas nas épocas chuvosas anteriores (Dique de Nante e Chokwé), incrementando a resiliência das mesmas.
- Disponibilizadas plataformas móveis para a travessia de pessoas e bens materiais/equipamentos em caso de corte e interrupções de vias de acesso devido a ocorrência de chuvas intensas ou cheias.
- Implementado o programa de reassentamento nas zonas seguras das Bacias Hidrográficas com maior riscos de inundação do País e outros assentamentos humanos propensos a inundações.
- Operacionalizada a rede de estações do sistema de aviso de cheias, sendo 30 pluviométricas e 33 hidrométricas para a Monitoria Hidrológica.
- Operacionalizado um Sistema de Aviso de cheias, baseado nas comunidades, que abarca 30 estações hidro-meteorológicas em 5 bacias hidrográficas (Limpopo, Save, Buzi, Licungo e Messalo) e é gerido por 127 Comités Locais de Gestão do Risco de Calamidades,
- Operacionalização de 100 rádios comunitárias que usam línguas locais para a divulgação de mensagens sobre as medidas preventivas e informações sobre a ocorrência de eventos extremos;
- Criado o Programa de Apoio Social Directo Pós Emergência (PASD-PE) que visa reforçar a capacidade de resiliência das comunidades afectadas pelas calamidades no período pós-emergência

- Capacitação contínua das comunidades através da criação e revitalização de Comitês Locais de Gestão de Risco de Calamidades (CLGRC) em locais considerados mais propensos a eventos extremos;
- Fortalecidos sistemas de gestão de informação e comunicação, como por exemplo com a introdução do sistema de comunicação Data Win.
- Realização de exercícios anuais de simulação ao nível das províncias.
- Disponibilidade de veículos aéreos não tripulados vulgo ‘drones’ usados para avaliação rápida do impacto do desastre assim como mapeamento de áreas em risco.

4.4 Cenários

4.4.1 Cenário I

O Cenário I é composto por ameaças de pequena magnitude, embora sejam localizadas, têm efeitos destrutivos nas camadas populacionais mais vulneráveis. Neste cenário incluem-se os (i) *Ventos Fortes*, (ii) *Inundações localizadas nas Vilas e Cidades* e (iii) *a Seca*.

Em todo País poderão ocorrer ventos fortes, sistemas causados pelo forte aquecimento no continente, criando uma forte actividade convectiva e ocorrência de ventos fortes, acompanhados de trovoadas severas (descargas atmosféricas), aguaceiros e queda de granizo. Estes fenómenos são de curta duração e muito localizados, mas com alto poder destrutivo devido ao vento em forma de remoinho com movimento na vertical, destruindo basicamente a cobertura de edifícios e culturas. As Provinciais mais susceptíveis e com maior destaque são Maputo, Gaza, Sofala, Manica, Tete, Zambézia, Nampula, Niassa e Cabo Delgado. A provincia de Manica apresenta maior número de população em risco, pois olhando pelo histórico tem o registo de maior número de casos ocorrência de vendavais.

As cidades de Maputo, Matola, Beira e Quelimane poderão registar inundações urbanas devido a previsão de chuva intensa num curto período de tempo, associada a ocupação desordenada em alguns bairros e a fraca capacidade de escoamento das águas pluviais através do sistema de drenagem, e em alguns casos, a inexistência de infraestruturas para escoamento das águas plúvias.

Por outro lado, espera-se a ocorrência de estiagem/stress hídrico, sobretudo nas regiões Sul e Centro do País, causado pelo atraso, irregularidade e má distribuição das chuvas durante a época chuvosa em análise, o que poderá afectar as diferentes fases das culturas em campo, comprometendo os níveis de produção planificados.

Neste contexto, estima-se que cerca de **875 791 pessoas** possam estar em risco caso ocorram ventos fortes, inundações e seca - ver tabela 2.

Tabela 2: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário I

Província	População em Risco			
	Ventos e chuvas fortes e Vendavais	Inundações (Cidades e Vilas)	Seca	Total do Cenário I
Niassa	4 050	1 000	0	5 050
Cabo Delgado	16 675	1 650	0	18 325
Nampula	19 855	12 895	0	32 750
Zambezia	30 864	13 381	48 000	92 245
Tete	3 278	468	166 317	170 063
Manica	33 049	0	42 500	75 549
Sofala	22 583	32 805	43 262	98 650
Inhamabane	2 080	3 170	66 119	71 369
Gaza	23 522	11 008	178 482	213 012
Maputo Província	12 400	6 600	38 500	57 500
Maputo Cidade	7 939	33 339	0	41 278
Total	176 295	116 316	583 180	875 791

4.4.2 Cenário II

O Cenário II no Plano Nacional de Contingência resulta da combinação de todas as ameaças arroladas no Cenário I (ventos fortes, inundações localizadas nas Vilas e Cidades e Seca) adicionadas ao risco de cheias nas bacias hidrográficas e de ciclones. Neste cenário estima-se que **1.540.560 pessoas** possam estar em risco, das quais, **357 195** em risco de cheias e **307 574** pessoas em risco de ciclones – (Tabela 5).

A província de Nampula apresenta o maior número de população em risco, pois este fenómeno ocorre com maior frequência e constitui um alto risco nesta região, considerando também a vulnerabilidade e exposição, principalmente os distritos que se localizam ao longo da costa. Entretanto, as províncias de Inhambane, Sofala, Zambézia e Cabo Delgado apresentam um risco médio a alto de probabilidade de ocorrência de ciclones.

A província de Gaza tem o risco baixo de probabilidade de ocorrência de ciclones. A província e cidade de Maputo, por se localizarem numa região subtropical os números foram estimados usando a probabilidade de ocorrência de um ciclone extratropical.

As bacias hidrográficas da província de Cabo Delgado (Messalo e Megarruma) poderão registar maior probabilidade de ocorrência de cheias de Risco Alto, embora apresentem número reduzido da população a ser afectada, em relação as bacias das províncias de Gaza , Sofala Zambézia e Tete. Estas bacias de Cabo Delgado ocupam uma área pequena e com menor densidade populacional.

Ver tabela 3.

Tabela 3: Províncias e Estimativas da População em Risco no Cenário II

Províncias	Cenário I	Risco de Cheias	Risco de Ciclones	Total do Cenário II
Niassa	5 050	2 800	0	7 850
Cabo Delgado	18 325	18 900	15 150	52 375
Nampula	32 750	40 875	138 149	211 774
Zambezia	92 245	73 535	45 940	211 720
Tete	170 063	17 635	0	187 698
Manica	75 549	10 914	441	86 904
Sofala	98 650	89 362	58 581	246 593
Inhamabane	71 369	2 837	31 420	105 626
Gaza	213 012	90 337	3 440	306 789
Maputo Província	57 500	10 000	6 400	73 900
Maputo Cidade	41 278	0	8 053	49 331
Total	875 791	357 195	307 574	1 540 560

4.4.3 Cenário III

O terceiro cenário (Cenário III) resulta da combinação do cenário II acrescido da probabilidade de ocorrência de sismos. Pelo que, neste cenário estima-se que **1 746 630 pessoas** possam estar em risco, das quais pelo menos **206 070** em risco de sismos - **Ver tabela 4.**

A análise do risco de sismo foi elaborada com base no histórico de abalos sísmicos e magnitude registados em Moçambique e países vizinhos, mapa de áreas de risco de sismo e de falhas geológicas de Moçambique. Deste modo usou-se como referência o sismo de magnitude 7.2 na Escala de Richter, que ocorreu aos 22 de Fevereiro de 2006, cujo epicentro foi em Chitobe, Distrito de Machaze, na Província de Manica.

Como os sismos de grande magnitude afectam mais as grandes infraestruturas usou-se dados das capitais provinciais de modo a estimar a população em risco. Neste caso aplica-se o coeficiente de 0.1 (10%) do total da população para estimar a população em risco.

Tabela 4: Províncias e Populações Vulneráveis as Calamidades do Cenário III

Província	Cenário II	População em Risco	
		Sismos	Total do Cenário III
Niassa	7 850	9 843	17 693
Cabo Delgado	52 375	4 563	56 938
Nampula	211 774	20 060	231 834
Zambezia	211 720	7 626	219 346
Tete	187 698	11 906	199 604
Manica	86 904	17 274	104 178
Sofala	246 593	23 232	269 825
Inhamabane	105 626	15 617	121 243
Gaza	306 789	2 677	309 466
Maputo Província	73 900	16 131	90 031
Maputo Cidade	49 331	77 142	126 473
Total	1 540 560	206 070	1 746 630

4.5 Provável impacto no sector da Educação

Tendo em conta as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2018/19, o sector da Educação, prevê danos em cerca de **2,411 escolas** em risco. Na mesma sequência prevê que cerca de **613.998 alunos** e aproximadamente **11.873 professores** estarão em risco carecendo de assistência em termos de materiais e equipamentos escolares tais como: tenda escola, kit do aluno, kit do professor e quadros portateis- ver Tabela 5.

Tabela 5: Provável impacto no sector da Educação

Província	Escolas e Salas em Risco		População em Risco	
	Escolas	Salas	Alunos	Professores
Cidade Maputo	5	67	10461	124
Maputo Província	15	204	75113	822
Gaza	349	2375	172712	3770
Inhambane	445	2904	115900	731
Sofala	83	138	14360	348
Manica	61	209	12177	201
Tete	216	432	67573	1536
Zambézia	611	855	110377	2037
Nampula	269	689	3450	1378
Cabo-Delgado	31	100	10000	600
Niassa	326	394	21875	326
Total	2411	8367	613998	11873

4.6 Provável Impacto no Sector da Agricultura

Tendo em conta o prognóstico da estação chuvosa e sua interpretação para agricultura, existe a possibilidade de ocorrência de estiagem/stress hídrico nas culturas em campo e inundações localizadas, com impactos negativos na produção agrícola. Assim, no primeiro período chuvoso (OND – 2018), na região Sul (Maputo, Gaza e Inhambane) e parte da região Centro (Tete, Zambézia, Sofala e Manica), espera-se que a situação de irregularidade de chuvas ocorra, causando **estiagem** e afectando negativamente as actividades agro-pecuárias.

No segundo período chuvoso (JFM – 2019), nas regiões Centro e Norte, espera-se uma precipitação excessiva, o que poderá causar **inundações** localizadas, aliada a subida do nível das águas das principais bacias e rios, sobretudo nas Províncias de Manica, Sofala, Zambézia e Cabo Delgado, o que poderá afectar as culturas em campo- Ver tabela 6

Tabela 6: Cenários esperados e seu impacto

Perigo	Áreas em risco (ha)	Produtores em risco	Sementes (tons)	Custo (Mt)
Seca	816.452	583.180	9.621	73.239.187
Inundações/Cheias	113.313	80.938	8.094	83.770.830
Ciclones	32.375	23.125	4.623	47.843.395
Total	962.140	687.243	22.338	204.853.413

Fonte: DINAS

Os cenários apontam para um total de 962.140 ha em risco, com destaque para o milho e arroz, podendo afectar cerca de 687.243 produtores.

Em relação a sanidade animal, em caso de ocorrência de seca, poderão surgir algumas doenças e epidemias em animais, a destacar: Febre Aftosa, Febre do Vale do Rift, Carbúnculos Hemático e Sintomático, Newcastle, Tripanosomases, Dermatoses, Peste de Pequenos Ruminantes, Raiva e outras infecções.

Em relação a **sanidade vegetal**, as pragas migratórias poderão ocorrer nas províncias com condições propícias para a sua eclosão. Assim, espera-se que a lagarta do funil do milho, a Lagarta Invasora, o Pardal do Bico Vermelho e o Rato de Campo possam afectar algumas culturas em campo. Atenção especial deve ser dada a lagarta do funil do milho por esta ser uma praga nova, de complexidade para o seu controlo, de rápida capacidade de reprodução e por estar presente em todo país.

4.7 Provável Impacto no Sector De Estradas

Olhando para as previsões hidrometeorológicas para OND e JFM, o Sector de Estradas apresenta as vias de comunicação que frequentemente têm sofrido com eventos extremos. Das dez províncias o maior destaque vai para estradas localizadas nas províncias de **Cabo Delgado e Zambézia** onde o risco de ocorrência de cheias varia de moderado a alto. A rede de estradas destas duas províncias sofre maior impacto através das Bacias do Megaruma e Messalo (*risco alto*) e Zambeze, Ligonha, Lúrio, Montepuez, Licungo (*risco moderado a moderado alto*).

Os danos registados frequentemente nas estradas acima referidas têm sido: erosão, cortes e ravinas na plataforma da estrada, escavação e colapso da laje do pavimento de estruturas, erosão da plataforma e talude da estrada, poças de agua nas zonas baixas com solos plasticos, tornando a plataforma escoregadia, entre outros. Os pontos críticos estão identificados nos figuras 6a e 6b

Para as restantes províncias Maputo, Gaza, Inhambane, Manica, Sofala, Tete , Niassa e Nampula, espera-se um impacto baixo a moderado.

Vias de acesso em risco de interrupção ao longo das bacias de maior risco de ocorrência de Cheias na Província de Cabo Delgado

Para **Cabo Delgado**, fazem parte da lista de estradas com risco de cheias as seguintes: R1251 Ngapa-Negomano, R766 Macomia-Mucojo, R760 Mecufi- Rio Megaruma e Mecufi-Muxara, R762 Muepane-Mahate, R767 Cruz.R768 Magude-Ravia, R698 Montepuez-Namuno, R769 Balama-Impiri, R1252 Mapupulo-Nropa, R698 Montepuez-Nairoto, R776 cruz.R698 –Mirate.

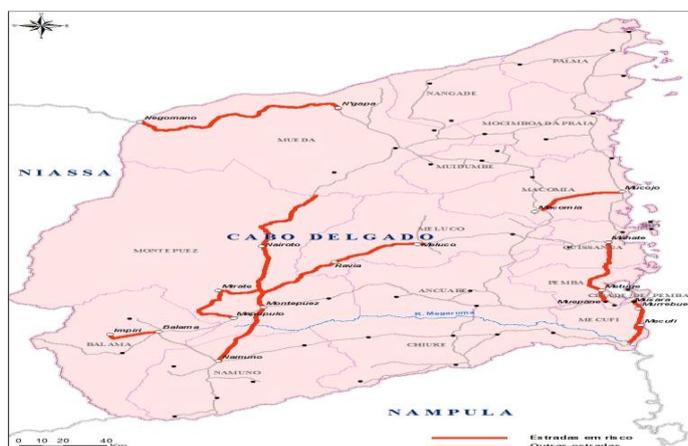


Figura 6 (a) : Mapa de estrada em risco de inundacao na provincia de Cabo Delgado

De igual modo, para a província da **Zambézia** são as estradas seguintes: R640 Mopeia-Nhacatiua, R643 Namacurra-Macuze, N324 Mocubela-Pebane, N324 Magiga-Nova Naburi, N323 Gilé-Alto Ligonha, R648 Gilé-Etaga, N320 Quelimane-Gonhane e N/C Bive-Maganja da Costa.



Figura 6(b): Mapa de estradas em risco de inundação na província da Zambézia

5. ACÇÕES SECTORIAIS A REALIZAR NAS FASES DE PRONTIDÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO

O quadro de definição de acções sectoriais tem o objectivo de minimizar o impacto de desastres e compreende três categorias: prontidão, resposta e recuperação.

Prontidão: as acções de prontidão incluem e priorizam todas as actividades que assegurem a prontidão institucional, comunitária e individual, com vista a reduzir o impacto e risco dos perigos naturais.

Resposta: estas acções priorizam todas as actividades que assegurem a provisão de assistência durante ou imediatamente a seguir ao desastre com vista a salvar vidas, reduzir os impactos, assegurar uma resposta institucional, comunitária e individual, eficiente e coordenada.

Recuperação: todas as actividades que asseguram a recuperação institucional, comunitária e individual, para garantir a continuidade dos serviços, o restabelecimento e melhoria do funcionamento dos serviços básicos e normalização da vida das pessoas afectadas pelo desastre.

As acções de prontidão, resposta, e recuperação poderão ser realizadas ao longo do ano. Contudo, no período de Outubro à Dezembro, poderão predominar as acções de **prontidão** e intervenções de **resposta**. Neste sentido, acções como (i) a elaboração do plano anual de contingência, (ii) a proposição estratégica de bens e suprimentos de emergência, (iii) importação de suprimentos de emergência adicionais para responder às necessidades prementes, e (iv) a coordenação e monitoria multisectorial lideradas pelo INGC, constituem algumas das actividades críticas a serem realizadas nestes períodos.

No período de Janeiro à Março onde normalmente os fenómenos climatológicos são mais frequentes e severos, maior incidência poderá ser para as acções de **resposta**. Figuram neste período, acções tais como (i) a operacionalização dos planos de contingência, (ii) realização das avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta, e (iii) a avaliação das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência.

A implementação das medidas de resposta depende da ocorrência e magnitude do evento, local, número total de pessoas afectadas e danos causados. Neste sentido, o processo de resposta à emergência deve ser antecedido pela elaboração de um plano de resposta específico, guiado com base nos resultados da avaliação rápida de necessidades cuja mesma servirá de base para atribuição de dados reais ou estimados sobre as necessidades de resposta, tipo de resposta e locais de intervenção.

O período de Abril à Setembro é dominado por acções de **recuperação e resposta**, dependendo do tipo de evento (Ex: cheias, seca, ou ciclone). Concorrem para esta fase, entre outras, as seguintes actividades: (i) implementação da estratégia multisectorial de recuperação e reconstrução (Ex: reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda); (ii) monitoria da implementação e integrada das actividades e programas de recuperação.

Estas acções, tem em vista garantir, por um lado, o retorno a vida normal das famílias afectadas e das condições socioeconómicas, por outro lado, garantir a resposta à eventos extraordinários que possam ocorrer. Algumas aquisições de materiais para pré-posicionamento e que estejam nos parâmetros das normas de funcionamento do Fundo de Gestão de Calamidades, também poderão ocorrer nesse período. As acções a implementar na fase de recuperação irão contribuir para a promoção da resiliência e redução do risco e da vulnerabilidade às ameaças. Esta fase será guiada pela aprovação de actividades cuja pertinência se justifique, para além das intervenções de natureza de resposta imediata enquadradas nos períodos compreendidos entre os 3 e 6 meses de emergência.

A implementação das acções de prontidão, resposta e recuperação poderá acontecer a todos os níveis, desde o central aos órgãos locais, incluindo os municípios, cabendo a cada um desses níveis garantir a planificação, monitoria, supervisão e assistência técnica e a implementação dos planos de resposta.

5.1 Mobilização de Recursos para Resposta à Emergência

A Equipa Humanitária Nacional (HCT) participa em acções de prontidão e resposta às calamidades com meios materiais e humanos para complementar os esforços do Governo. Assim, sob a Liderança do (a) Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas aliada a decisão do Governo, a Equipa Humanitária Nacional pode activar os dispositivos internos e internacionais de mobilização de recursos com base nos mandatos e instrumentos internacionais existentes. O processo de coordenação e gestão de resposta a emergência é liderado pelo Governo.

A assistência humanitaria atempada, eficaz e apropriada por parte da HCT depende da observância dos seguintes aspectos:

- Disponibilidade de informação sobre a avaliação da situação (magnitude, complexidade, urgência da emergência) com base em indicadores credíveis;
- Apresentação de dados sobre a população afectada, áreas afectadas, grupos vulneráveis;
- Disponibilização de informação sobre os recursos pré-posicionados pelo Governo e défice de acordo com as necessidades locais e tipo de eventos;
- Activação, pelo governo, dos níveis de alerta institucional para facilitação da mobilização de recursos adicionais e operacionalização do plano de contingência;
- Solicitação de apoio humanitário pelo Governo.

O quadro a baixo apresenta o resumo das actividades a serem implementadas no contexto do presente PC.

Tabela 10. Actividades sectoriais no contexto de resposta e gestão de emergências - Prontidão, Resposta e Recuperação

Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
INGC	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar exercícios de simulação de emergências; • Atualizar, harmonizar e divulgar o plano de contingência nacional a todos os níveis; • Manter em alerta os CLGRC nas zonas de risco alto; • Identificar as rotas de evacuação e locais para abrigo temporário; • Pré-posicionar materiais, bens e equipamentos para resposta; • Intensificar as actividades de monitoria (segurança alimentar e nutricional); 	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalizar os planos de contingência e realizar avaliações rápidas das necessidades para informar o plano de resposta; • Elaborar o plano de reassentamento das populações deslocadas; • Preparar os apelos de ajuda humanitária e mobilização de recursos adicionais; • Coordenar a avaliação de necessidades pós desastres (ANPD); • Desenhar o plano/estratégia multisectorial da recuperação pós emergência com base nos resultados da ANPD. 	<ul style="list-style-type: none"> • Implementar a estratégia multisectorial de recuperação (reassentamento, reconstrução assistência alimentar, projecto de geração de renda) • Monitorar a implementação e integrada das actividades e programas de recuperação;
UNAPROC	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que as forças estão em prontidão para responder a eventual desastre • Mobilizar meios materiais e humanos para prontidão, resposta e recuperação. • Assegurar o funcionamento e pré-posicionamento dos equipamentos de busca e salvamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar missões de busca e salvamento de pessoas afectadas pelos desastres • Apoiar no processo de resposta e recuperação rápida através da disponibilização pontual de meios humanos e materiais (Ex: montagem de tendas, latrinas); • Assegurar a reposição da 	<ul style="list-style-type: none"> • Apoiar no processo de recuperação através da disponibilização pontual de meios humanos e materiais (Ex: montagem de tendas, latrinas); • Assegurar a integração da equipa da UNAPROC nas missões de recuperação/reconstrução;

		<p>transitabilidade de pessoas e bens</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitorar regularmente a implementação do plano de resposta e comunicar ao CTGC 	
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
GABINFO	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e assegurar o grau de funcionamento e operacionalidade dos sistemas e meios de comunicação; • Identificar e designar o porta-voz para emergência; • Produzir e disseminar informação atempada e precisa aos órgãos de comunicação oficiais; • Pré-posicionar material e equipamentos de comunicação; • Divulgar e partilhar o plano de contingência nacional aos diversos níveis. 	<ul style="list-style-type: none"> • Disseminar informação sobre o fenómeno em causa; • Gerir a disseminação de informação pelos órgãos de comunicação • Intensificar os apelos às comunidades nas zonas de risco. • Divulgar aos órgãos de comunicação o grau de implementação da acção humanitária do Governo e parceiros de cooperação, incluindo HCT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar o plano/estratégia de reconstrução/recuperação conjunta Governo e parceiros de cooperação; • Avaliar o cumprimento do plano de resposta de emergência; • Mobilizar as comunidades para participar no processo de recuperação e reconstrução; • Avaliar e propor medidas para uma resposta melhorada.
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MASA	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveisionar sementes atempadamente; • Monitorar a época chuvosa e o seu impacto na produção agrícola; • Disseminar e divulgar a previsão climática sazonal; • Fazer limpeza dos canais e valas de drenagem; • Fazer manutenção de estruturas e reservatórios de água; 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a realizar de monitoria continua nas zonas de riscos; • Disponibilizar imediatamente pesticidas para o controlo das pragas nas zonas de risco; • Reajustar os planos de aprovisionamento de sementes agrícolas; • Deslocar manadas das zonas de risco de inundação e das zonas 	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar infraestruturas pecuárias e pontos de abeberamento afectados; • Realizar intervenções sanitárias e desparasitação dos animais; • Fazer o levantamento das áreas e famílias afectadas; • Elaborar e implementar o plano de recuperação. • Realizar feiras de insumos agrícolas • Fomentar e multiplicar mandioqueiras e batata

	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer limpeza de fontes de água; • Prover a assistência técnica aos produtores familiares; • Fomentar a tracção animal; • Controlar as pragas e doenças das plantas; • Identificar as zonas propensas as inundações • Capacitar os CLGRC em técnicas de produção de culturas tolerantes a seca. • Monitoria regular da situação da segurança alimentar e nutricional 	<p>inundadas;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento preliminar das áreas agrícolas afectadas. 	<p>doce de polpa alaranjada</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitoria regular da situação da segurança alimentar e nutricional
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MTC	<ul style="list-style-type: none"> • Interpretar e divulgar a previsão climática sazonal e implicações para os diversos pontos do país; • Monitorar permanentemente os fenómenos meteorológicos; • Reforçar a capacidade de observação nas estações meteorológicas; • Capacitar os técnicos em matérias de monitoria dos fenómenos climáticos 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensificar a monitoria dos fenómenos meteorológicos; • Divulgar os avisos e alertas com indicação da magnitude do fenómeno e zonas de risco; • Intensificar a monitoria e vigilância meteorológica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o comportamento dos fenómenos meteorológicos e seus impactos na planificação e execução dos planos/estratégias de recuperação pós-emergências.
MITADER	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as áreas para reassentamento em zonas seguras; • Mapear e divulgar os centros de acomodação existentes para melhor planificar as estratégias/intervenções de prontidão e resposta; 	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer o ordenamento territorial e organizar os centros de acomodação/reassentamento • Demarcar e atribuir talhões as populações afectadas para fins de reassentamento; • Construir abrigos temporários e 	<ul style="list-style-type: none"> • Cadastrar as famílias e sua distribuição física; • Elaborar o plano de pormenor dos bairros de reassentamento; • Elaborar o mapa de risco de modo a apoiar os planos de reconstrução/recuperação e os planos locais de acção de resiliência; • Participar activamente no processo de

	<ul style="list-style-type: none"> • Reproduzir e disseminar o manual de técnicas básicas de planeamento físico; • Sensibilizar as populações para se retirarem das zonas de riscos de desastres; • Capacitar os líderes comunitários, CLGRC, técnicos distritais e direcções provinciais em matérias de Gestão de Riscos Ambientais; • Mapear parceiros com capacidade de resposta e preenchimento das lacunas identificadas na implementação dos planos; • Identificar e fazer o levantamento dos cursos de água e aquíferos com nível freático alto para a agricultura, consumo e construção de represas; 	<p>centros de acomodação e apoiar na criação de centros de reassentamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento socio-ambiental das áreas afectadas pela seca e cheias; 	<p>reassentamento das populações;</p>
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIC	<ul style="list-style-type: none"> • Fazer as avaliações rápidas da disponibilidade de alimentos, recursos e outros bens essenciais; • Mobilizar e estabelecer contactos com potenciais fornecedores de bens de consumo durante e depois da ocorrência da emergência; • Identificar, definir e mapear os fluxos de bens de consumo, das zonas excedentárias ou com disponibilidade para as zonas afectadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar pontos alternativos de compra/aquisição de produtos alimentares e facilitar a aquisição local dos mesmos; • Emitir pareceres sobre a entrada de produtos para a emergência; • Participar na triagem de produtos (alimentares e não alimentares) doados antes de serem distribuídos às populações afectadas ou 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilitar os processos de aquisição/compras locais; • Emitir pareceres para (ex. parceiros de cooperação) a entrada de produtos doados para a emergência; • Assegurar a reposição da rede comercial danificada nas zonas afectadas; • Participar e estimular acções de transformação e enriquecimento de produtos alimentares; • Prevenir a comercialização de produtos deteriorados e destinados assistência humanitária;

	<ul style="list-style-type: none"> • Promover campanhas de sensibilização a operadores económicos a fim de garantir a reserva alimentar das populações; 	<p>canalizados às zonas afectadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais de carência no período de estiagem; • Assegurar a realização de feiras de produtos de primeira necessidade e agrícolas no período de seca; • Monitorar os mercados internos e a variação dos preços de modo a evitar especulação; • Prevenir a distribuição e comercialização de produtos deteorados ou destinados assistência humanitária. 	<ul style="list-style-type: none"> • Monitorar preços de venda de produtos com maior incidência nos locais de carência no período de estiagem; • Avaliação dos resultados sobre o processo de abastecimento de produtos;
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MMAIP	<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os locais seguros para construção de tanques de piscicultura; • Identificar os locais de abrigo para atracagem das embarcações de pesca; • Capacitar os conselhos comunitários de pesca sobre medidas de prontidão e resposta; • Identificar possíveis fontes de financiamento para as actividades do sector □ prioritizadas no quadro das acções de prontidão, resposta e recuperação; 	<ul style="list-style-type: none"> • Prover assistência técnica aos piscicultores na reabilitação e construção de tanques nos locais seguros; • Incentivar a rápida reposição dos tanques piscícolas, embarcações, artes de pesca, infra-estruturas de apoio a pesca eventualmente danificados. • Definir estratégias/plano de reconstrução/recuperação do sector; 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar e monitorar regularmente a implementação do plano/estratégias de (re) construção e recuperação do sector;

MGCAS	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar as populações para o abandono das zonas de risco a tomarem medidas de precaução/redução do risco de vulnerabilidade; • Transmitir mensagens específicas ao fenómeno em causa em línguas de sinais para pessoas com deficiência auditiva; • Adquirir e pré-posicionar material para resposta a emergência; • Realizar capacitações para prevenção de violência baseada no género; • Monitorar a tendência evolutiva da emergência e sua implicação para os grupos mais vulneráveis; • Capacitar os comités comunitários de proteção às crianças; 	<ul style="list-style-type: none"> • Advogar para maior envolvimento de parceiros nacionais e estrangeiros nas acções do MGCAS, nomeadamente, no resgate, assistência e proteção social; • Fazer a avaliação rápida das necessidades em coordenação multisectorial; • Monitorar a situação de proteção dos afectados nos centros de acomodação temporários e famílias de acolhimento; • Activar os mecanismos integrados de prevenção e resposta contra a violência e abusos nos locais afectados; • Instalar espaços de recreação e prover kits de higiene, alimentar, cozinha e de apoio psicossocial; 	<ul style="list-style-type: none"> • Sensibilizar nos centros de acomodação, famílias de acolhimento e bairros de reassentamento contra a violência baseada no género; • Realizar visitas de monitoria aos lugares afectados; • Divulgar informações sobre os serviços de atendimento as crianças e mulheres vítimas de violência e abuso • Identificar os beneficiários dos diferentes serviços de proteção social (PSSB, PASD e PASP) e assegurar a reintegração das pessoas vulneráveis • Prestar apoio psico-social as famílias; • Incentivar a abertura de escolinhas comunitárias nos bairros de reassentamento; • Assistir as pessoas na reunificação familiar;
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação

MISAU	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a capacidade de detecção precoce das doenças com potencial epidémico, através da intensificação da vigilância epidemiológica; • Identificar e treinar ativistas, bem como outro pessoal técnico de saúde para a prestação de cuidados médicos básicos as populações em situação de emergência; • Pré-posicionar matérias de saúde e nutrição para tratar crianças com desnutrição aguda, grave e moderada (kit de medicamentos e insumos); • Manter o stock mínimo para tratamento de crianças com desnutrição aguda grave (DAG) com desnutrição aguda moderada (DAM); • Capacitar os profissionais de saúde na provisão do pacote mínimo de Saúde Sexual e Reprodutiva e HIV; • Identificar os distritos de maior risco de eclosão de doenças em situação de emergência • Melhorar prontidão e resposta adequada aos doentes crónicos (HIV, tensão arterial, diabetes, tuberculose) na zonas de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Prover serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo casos de doenças crónicas (HIV, tensão arterial, diabetes, tuberculose); Distribuir redes mosquiteiras com inseticidas; Garantir assistência específica a mulheres grávidas, crianças e idosos; • Prover kits de saúde sexual e reprodutiva, incluído kits de profilaxia pós exposição para caso de violação sexual devido à alta vulnerabilidade destas comunidades • Monitorar a continuidade do tratamento de pessoas com doenças crónicas (HIV, tensão arterial, diabetes) • Manter o stock de produtos terapêuticos, suplementos alimentares e nutricionais (ATPU, ASPU, F75 e (c crónicas. • Assegurar a nutrição e tratamento de doentes crónicos (HIV, tensão arterial, diabetes) 	<ul style="list-style-type: none"> • Manter a vigilância de rotina pós epidemia; • Recolher e conservar material usado para atendimento hospitalar; • Assegurar o funcionamento normal das unidades sanitárias que tenham sido afectadas/destruídas (aprovisionamento de medicamentos, equipamentos hospitalares, tendas hospitalares, pessoal médico e de saúde e reconstrução de unidades sanitárias destruídas).
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação

MINEDH	<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os técnicos, professores e CEGRD nos distritos de alto risco em matéria de GRD; • Implementar o plano escolar básico de emergência nas escolas com maior risco de desastres; • Pré-posicionar material escolar para emergência (tendas escolas, kits do aluno, kits do professor, kit escola); • Divulgar o mapeamento de risco nas zonas de risco; • Fazer e divulgar a previsão climática sazonal nos direções provinciais e serviços distritos de educação. 	<p>Coordenar com diferentes actores incluindo o cluster de Educação e o sector de protecção</p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar o impacto dos desastres sobre as infraestruturas escolares e desenvolver o plano de resposta • Prover material escolar às escolas mais afectadas, incluindo tendas escolas, kits do aluno, kits do professor, kit administrativo; • Liderar e monitorar a resposta do sector; • Assegurar o funcionamento normal de aulas nos centros de acomodação temporária e centros de reassentamento; • Elaborar e implementar plano de resposta. 	<ul style="list-style-type: none"> • Elaborar e implementar o plano de reconstrução e recuperação do sector; Avaliar das necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência; • Monitorar a implementação do plano de reconstrução e recuperação do sector, incluindo a reposição das aulas. Fortalecer a prontidão escolar através da implementação e expansão do plano escolar básico de emergência (PEBE);
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação

MOPHRH/DNGRH	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar o funcionamento, operacionalidade, e disponibilidade dos meios de comunicação (telefones e rádios); • Mapear as bacias hidrográficas com risco de cheias e inundações; • Fazer a manutenção da rede de observação; • Realizar o levantamento da situação das infraestruturas hidráulicas e das estações hidrográficas; • Recolher, actualizar e disseminar os dados hidrológicos; • Realizar encontros com outras entidades gestoras dos recursos hídricos e de barragens nos países de montante; • Garantir a operacionalidade dos diques de proteção; • Gerir as albufeiras tendo em conta os cenários dos caudais afluentes e a situação a jusante de cada bacia 	<ul style="list-style-type: none"> • Inspeccionar a rede hidrológica do sistema de aviso de cheias (SAC); • Recolher, actualizar e disseminar os dados hidrológicos • Avaliar o grau do impacto sobre o sector e desenhar o plano de recuperação e reconstrução pós emergência; 	<p>Recuperar/reabilitar infraestruturas hidráulicas (diques, barragens, acudes, reservatórios escavados);</p> <ul style="list-style-type: none"> • Reposição da rede de estações hidrometeorológica; • Implementar o plano de recuperação e reconstrução pós emergência; • Fazer o levantamento da disponibilidade de recursos hídricos nas zonas afectadas pela seca/estiagem, com vista a identificar fontes alternativas para o abastecimento de água.
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/DNAAS	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar encontros com todos parceiros chave do sector para coordenação/preparação de resposta a emergência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento rápido da situação e necessidades em água, saneamento e higiene; • Assegurar a disponibilidade de 	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento da situação e necessidades em água, saneamento e higiene; • Avaliar os danos sobre as infraestruturas das fontes de abastecimento de água e saneamento

	<ul style="list-style-type: none"> • Reforçar as capacidades das províncias e distritos na planificação, monitoria e resposta atempada de emergência; • Fornecer equipamentos e materiais para tratamento, transporte e distribuição de água; • Adquirir e alocar materiais adicionais (<i>certeza</i>, lajes plásticas e rolos de plástico); • Disponibilizar tanques móveis de abastecimento de água nos centros de acomodação, casas de acolhimento e bairros de reassentamento; • Preparar e disseminar, mensagens de boas práticas de higiene, saneamento e utilização racional da água; 	<p>água segura e de infraestruturas de saneamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Providenciar equipamentos e materiais para: (a) tratamento, conservação, distribuição de água (b) deposição de excretas humanas e resíduos sólidos (c) promoção das boas práticas de higiene; • Reactivar os mecanismos de coordenação e sistema de partilha de informação. • Garantir o abastecimento de água nas zonas onde as fontes estejam submersas. 	<p>e necessidades de reconstrução e recuperação pós emergência;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Implementar o plano de recuperação e reconstrução do sector (incluindo apoio as famílias/comunidades na reabilitação e construção e autoconstrução das fontes de água e latrinas familiares); • Restabelecer o abastecimento de água envolvendo as famílias de modo a garantir a sustentabilidade; • Garantir condições de saneamento de água e continuidade da operacionalidade dos serviços de água e saneamento
Instituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MOPHRH/ HABITAÇÃO E URBANISMO	<ul style="list-style-type: none"> • Realizar levantamento das infraestruturas seguras para acomodação temporária das pessoas afectadas; • Coordenar com as DPOPHRH na identificação e inventariação dos locais seguros para acomodação temporária; • Coordenar com as DPOPHRH na identificação de rotas de evacuação rápida; • Incentivar a organização do cadastro provisório/definitivo de terras pelas comunidades reassentadas; 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar na monitoria do processo de registo e controlo do número das famílias e população afectada nos centros de acomodação e famílias de acolhimento; • Participar na coordenação das acções de acomodação das famílias/pessoas deslocadas em abrigos temporários; • Participar na construção rápida de abrigos temporários para as populações afectadas em lugares seguros; • Coordenar e garantir a 	<ul style="list-style-type: none"> • Reassentar as populações afectadas e reconstrução das infraestruturas danificadas □ • Monitorar a implantação dos planos parciais de ordenamento territorial em articulação com a Direcção Nacional de Ordenamento do Território e Reassentamento (DINOTER); • Monitorar a prestação de assistência técnica ao processo de reconstrução e ou construção de casas tecnicamente melhoradas para a habitação; • Incentivar a produção e utilização de materiais de construção produzidos com recurso ao material local e a adopção de técnicas de construção e reconstrução resilientes.

	<ul style="list-style-type: none"> • Adquirir equipamentos para a produção de materiais de construção de baixo custo e resistentes a calamidades; • Avaliar o nível de capacidade de reassentamento de novas famílias nos bairros de reassentamento já existentes. 	<p>participação dos líderes comunitários em acções de transferência rápida das famílias e pessoas deslocadas dos centros de acomodação temporária para os centros de reassentamento.</p>	
MOPHRH/ ESTRADAS	<ul style="list-style-type: none"> • Participar em todas as reuniões de CTGC; • Participar em todas as reuniões de troca de informações face a evolução dos fenómenos e planos de mitigação; • Inspeccionar as estradas e pontes; • Mapear as vias alternativas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizar empreiteiros para reparação de emergências; • Informar os membros do CTGC sobre a transitabilidade ou não das estradas; • Continuar a monitorar troços afectados pelas calamidades; • Identificar medidas alternativas para garantir a circulação de pessoas e bens nos troços afectados. • Desenhar o plano de reposição de transitabilidade nos troços destruídos 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os danos e necessidades de reposição da transitabilidade das vias destruídas e infraestruturas danificadas, • Garantir a reposição da rede afectada através da implementação do plano de reposição da transitabilidade; • Realizar levantamentos e estudos dos troços afectados para a reabilitação.
MIREME	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecimento de equipas de avanço nos locais previamente definidos como zonas de potenciais riscos e em prontidão para qualquer intervenção de emergência; 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios. 	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios.

	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a disponibilidade dos grupos geradores de emergência e combustível em todas cidades capitais para garantir serviços mínimos; • Reforçar a logística de transporte, combustível e materiais sobressalentes em todas as áreas operacionais; • Fazer a monitoria permanente do comportamento da rede eléctrica, com incidência nas zonas de travessia de rios. toda as fases • Prover stocks mínimos de materiais para intervenção de emergência, sobre tudo nas zonas recônditas cujo acessos é facilmente afectado pelas intempéries; 		
Intituições	Prontidão	Resposta	Recuperação
MIREME/INAMI	<ul style="list-style-type: none"> • Operacionalizar e manter funcionais as plataformas de análise de dados sísmicos e a rede nacional de estações sismográficas; • Ter funcionais as plataformas de monitoria de eventos sísmicos; • Fazer a monitoria 24/7 dos eventos sísmicos com epicentro em Moçambique e nos países vizinhos; • Coordenar com o INAM, CENOE e INAHINA a funcionalidade do 	<ul style="list-style-type: none"> • Preparar informação, comunicados de imprensa, em tempo útil sobre a ocorrência de evento sísmico com epicentro em Moçambique ou nos países vizinhos, mas que tenha sentido no território nacional; • Avaliar a intensidade sísmica, erosão, aluimento, colapso, subsidência de solos nas regiões afectadas pelo desastre 	<ul style="list-style-type: none"> • Recomendar medidas de mitigação dos impactos dos desastres geológicos.

	<p>sistema de aviso prévio de tsunami.</p>	<p>geológico;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparar a monitoria de réplicas dos eventos em estudo; • Fazer a inventariação de danos geológicos visíveis nas regiões afectadas pelos desastre geológicos; 	
SECRETARIA PROVINCIAL	<ul style="list-style-type: none"> • Coordenar a elaboração do Plano de Contingência do Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades (CTPGC) e garantir a sua implementação. • Convocar a reuniões mensais do Conselho Técnico Provincial de Gestão de Calamidades • Coordenar com as instituições competentes funcionamento dos Sistemas de Alerta e Aviso Prévio 	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar as acções de assistência humanitária durante a emergência • Manter a coordenação das operações conjuntas entre os diferentes níveis institucionais ao nível da província (implementação do plano de resposta). • Garantir a funcionalidade do sistema de gestão da emergência ao nível da província (fluxo de informação, operacionalização dos 4 sectores do COE Provincial) 	<ul style="list-style-type: none"> • Supervisionar a implementação dos planos de recuperação e reconstrução a todos níveis; • Manter a funcionalidade do fluxo de informação

6. BENS E DISPONÍVEIS E NECESSÁRIOS

6.1 Operações de Busca e Salvamento

As operações de busca e salvamento serão realizadas e coordenadas pela Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC)⁵ para salvaguardar a vida das populações e segurança das infra-estruturas afectadas. A UNAPROC tem disponíveis cerca de 92 barcos (pertencentes ao INGC, FADM, SENSAP, Administração Marítima) para as operações de busca, salvamento e assistência humanitária-Ver tabela 7

Tabela 7 (a): Meios existentes para operacoes de busca e salvamento

Provincia	Barcos a Motor						Plataformas	Viaturas		Avioes
	UNAPROC/INGC	FADM	SENSAP	ADM. MARITIMA	CV M	Total Dispon.	Travessia	Gov	ONG	
INGC Central	25					25	8	5	5	3
Gaza	11		1	3	1	16	0			
DRS	2					2	0			
Sofala	2	6	1	2	1	12				
Tete	9					9				
Zambezia	2		2		1	5				
DRC	11					11				
Nampula	0		1	3		4				
Cabo Delgado	3		1			4				
DRN	4					4				
Total Geral	69	6	6	8	3	92	8	5	5	3

Em termos de efectivos de Protecção Civil, as operações de busca e salvamento poderão ser garantidas por pelo menos 714 pessoas, sendo de destacar, militares, Políctica de protecção Civil, técnicos do INGC entre outros.

Tabela 7 (b): Meios de Busca e Salvamento

Local	Efectivos de Protecção Civil						Total
	Militares	PRM	SENSAP	INGC	Adm. Maritima	CVM	
Maputo	135	10	15	31		6	197
Gaza	0	15	15	12	3	4	49
Inhamabane		5	2	5		2	14
Sofala	30	15	5	10		4	64
Zambezia	45	15	15	10		4	89
Tete		15	15	5		3	38
Nampula	60	30	15	15	2	20	142
Niassa	30	15	5	4		5	59
Cabo Delgado	30	15	5	6		6	62
Total	330	135	92	98	5	54	714

⁵ A UNAPROC integra quadros do INGC, Ministério da Defesa Nacional, Ministério do Interior e Cruz Vermelha de Moçambique.

6.2 Assistência alimentar

As necessidades para assistência alimentar descritas no presente plano consideram dois contextos:

- a) Resposta da actual situação de insegurança alimentar devido a seca;
- b) Risco de cheias e ciclones na presente época chuvosa;

6.2.1 Resposta da actual situação de insegurança alimentar na zona sul e centro do país

Os dados da avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional realizada em Agosto/Setembro de 2018 indicam que pelo menos **814.727 pessoas**, o correspondente a **162.945 famílias** estão na situação de insegurança alimentar devido a perda de culturas em consequência da seca que se registou na época 2017/2018 e necessitam de assistência imediata nas Províncias de Cabo Delgado, Gaza, Inhambane, Tete e Sofala.

A actual situação de insegurança alimentar poderá prevalecer no período de Janeiro a Março de 2019 com probabilidades de uma ligeira redução do número de distritos afectados na Província de Gaza e Tete. Mesmo assim, o Sector da Agricultura prevê que no geral, o desempenho da campanha agrícola 2018/19 será melhor em relação à campanha 2017/18.

Contudo, ressalva-se que a análise acima não substitui qualquer avaliação da situação da insegurança alimentar que o Sector da Agricultura realiza através da monitoria permanente.

Do total das 814 727 pessoas em insegurança alimentar, o PMA dispõe de produtos para assistir **297 mil** pessoas afectadas por um período de 6 meses o que significa um défice de produtos para cobrir as outras **517 902** pessoas cujas necessidades estão estimadas em **38 066 toneladas**. Ver Tabela 8ª.

Tabela 8a: Bens alimentares necessários e disponíveis

Província	Plano e Necessidades para Resposta a Seca						
	Pessoas em InSAN (Avaliação do SETSAN)	Pessoas com Assistência Assegurada	Pessoas sem Assistência Assegurada	Quantidade (toneladas)			
				Cereais	Feijão	Oleo	Total
Cabo Delgado	69,998	29,000	40,998	2,460	369	184	3,013
Sofala	22,218		22,218	1,333	200	100	1,633
Gaza	318,264	135,740	182,524	10,951	1,643	821	13,416
Inhambane	44,905	12,085	32,820	1,969	295	148	2,412
Tete	359,342	120,000	239,342	14,361	2,154	1,077	17,592
Total	814,727	296,825	517,902	31,074	4,661	2,331	38,066

Para alm da assistência garantida para cerca **297 mil** pessoas para um periodo de 6 meses, o Governo dispoe de recursos para assistir mais 130 mi pessoas num period de um mês, priorizando as províncias de Gaza, Tete e Sofala.

6.2.2 Resposta à eventuais situações que possam ocorrer face ao Cenário II do PC

O Cenário II, escolhido como o mais provável na presente época chuvosa, estima em cerca de

1.540.560 pessoas em risco de calamidades. Para o cálculo indicativo das necessidades de assistência alimentar considerou-se o seguinte: (i) existência de cerca de **605 mil** pessoas abrangidas no cálculo da assistência face à situação actual de insegurança alimentar; (ii) o facto de que nem todas as pessoas em risco poderão estar afectadas e/ou necessitadas. Assim, usou-se a cifra de 40% de um total de **725 833 pessoas**, para o cálculo das 290 333 pessoas que poderão necessitar de assistência em caso de emergência.

Da análise à **tabela 13b**, nota-se que do total de **290 333 pessoas** necessitadas, há disponibilidade actual para assistência a cerca de **126 375 pessoas** em caso de emergência, havendo necessidade de se continuar a mobilizar recursos para as outras **163 958** pessoas sem assistência garantida.

Tabela 13b: Bens alimentares necessários e disponíveis para assistência alimentar durante 15 dias em caso de emergência

	Necessidade (ton)	Quant. Disponível (ton)			Defice (ton)
		Governo	Parceiros	Total	
Cereais	1,640	400	337	737	-903
Feijoes	246	30	45	75	-171
Oleo	123	13	18	31	-92
Total	2,008	443	400	843	-1,165

<i>Total de pessoas que poderão necessitar de assistência</i>	290 333
<i>Total de pessoas com assistência garantida</i>	126 375
<i>Total de pessoas sem assistência garantida</i>	163 958

Para além da disponibilidades acima descrita, o PMA dispõe de 5 ton de produtos alimentares para assistir, durante 60 dias, 950 pessoas afectadas por cheias e ciclones.

6.3 Abrigo

O abrigo é um determinante crítico para a sobrevivência de pessoas afectadas no estágio inicial de uma emergência. O abrigo é necessário para providenciar segurança, protecção pessoal contra os eventos climáticos e promover resistência às possíveis doenças.

Em situação de emergência causada pelas cheias e ciclones, há sempre necessidade de providenciar abrigo para a população afectada. Os principais materiais usados no sector do abrigo são as tendas, lonas e kit de ferramentas para instalação das tendas/lonas. Outro recurso para o abrigo temporário são as salas de aulas localizadas em zonas seguras e que devem ser identificadas com antecedência como lugares de abrigos seguros. Contudo, a coordenação com o sector de educação é de extrema importância para evitar a paralisação das aulas.

Segundo a tabela abaixo, o stock de lonas e tendas disponíveis por parte do Governo e Parceiros pode cobrir 74 mil pessoas. A componente de abrigo regista um défice de **1 582 tendas** comunitárias, **1 078 tendas familiares** e **3 853 lonas comunitárias**.

Tabela 9: Bens necessários e existentes para abrigo temporário

Item	Bens Necess	Bens Disponíveis/ Existentes			Defice	Custo Unitário (10 ³)	Custo Total (10 ³)	Cobertura (famílias)
		Gov	Parc	Total no País				
Tendas Comunitárias	3 001	880	539	1 419	-1 582	150	237300	8 514
Tendas multiuso	2 239	2 202	37	2 239	0	100	0	13 434
Tendas Familiares	4 500	2 184	1 238	3 422	-1 078	15	16170	1 078
Kits de Abrigo**	11 705	4 186	7 519	11 705	0	3	0	8 525
Kits de Ferramenta	11 856	4 167	7 689	11 856	0	1.5	0	186
Lonas Familiares	22 609	6 462	16 147	22 609	0	0.8	0	263
Lonas para kits Abrigo	20 000	0	16 147	16 147	-3 853	0.8	3082.4	1 916
Rolos Plastico	500	35	282	317	-183	2	366	2 642
Total							256 918.4	

Em termos de locais para servirem de centros de acomodação para abrigo temporário no caso de emergência, destaca-se a existência de **6.815 salas de aulas**, e **1.253 casas de culto** (ver tabela 14). A maioria das salas de aulas encontram-se nas províncias de Manica, Nampula e Gaza.

Tabela 10: Salas de Aulas e outros locais disponíveis para abrigo temporário

Local	Abrigos Temporários			Armazéns	Campos de Futebol	Pistas de Aterragem
	Salas de Aula	Latrinas anexas às escolas	Casas de Culto			
Niassa	0	0			10	11
C. Delgado	468	275	47	17		
Nampula	1 575	0	266	146		
Zambézia	246	187	82	34	15	8
Tete	429	336	183	33		
Manica	1 556	348	279	17		
Sofala	284	0	145	3		
Inhambane	629	456	250	18		
Gaza	1 551	643	0	37		
Maputo Prov.	0	0	1	0		
Maputo Cid.	77	0		6		
Total	6 815	2 245	1 253	311	25	19

Além dos Centros de Acomodação existem pessoas que recorrem à famílias de acolhimento, reduzindo significativamente a pressão nos Centros de Acomodação. Contudo este acto de solidariedade implica uma sobrecarga para as famílias de acolhimento. Deste modo há necessidade de potenciar a assistência aos afectados abrigados nestas famílias.

6.4 Educação

Em caso de cheias e ciclones, o sector da Educação é afectado pela destruição de salas de aulas privando os alunos de continuar com o curso normal das aulas. Dada a tipologia das salas de aulas (material convencional, misto, local), o sector da educação apresenta algumas fragilidades para lidar com eventos de cheias, ciclones e ventos. Por forma a garantir a continuidade das aulas em zonas afectadas por estes eventos, normalmente são necessárias, tendas escola, material para os alunos, professores e equipamentos escolar.

Segundo a tabela abaixo, há uma disponibilidade significativa de tendas escola e quadros, mas por outro lado observa-se um défice em kits de aluno, kits de professor.

Tabela 11: Meios necessários e existentes para resposta no Sector da Educação

Província	Tenda Escola		Kit aluno		Kit Professor		Kit Administrativo	
	Necess.	Disp.	Necess.	Dispon	Necess.	Dispon.	Necess.	Dispo
Maputo	237	-	16 608		400	-	250	-
Cid.Map.	33	24	10 000	15,749	124	-	6	-
Gaza	1 836	4	158 605	1 261	4 109	59	488	16
Inhambane	117	-	115 900	-	691	-	4 360	-
Sofala	45	-	14 360	-	348	-	83	-
Manica	50	-	15 235	-	7 450	-	1 255	-
Tete	464	-	80 950	-	1 693	-	1 200	-
Zambézia	149	-	47 701	7	797	134	124	45
Nampula	150	-	35 000	-	2 000	-	1 000	-
C. Delgado	10	5	10 000	-	600	-	300	-
Niassa	63	-	3 555	-	89	-	400	-
Total	3 154	33	507 914	17,017	18 301	193	9 466	61

6.5 Água e Saneamento

Tendo em conta as previsões meteorológicas e hidrológicas para a época chuvosa 2018/19, o sector de Abastecimento de Água e Saneamento, prevê que possam surgir na decorrência de queda excessiva de chuva a necessidade de acomodar as pessoas afectadas em centros de acomodação temporária e ou de trânsito. Sendo assim, será necessário prover condições básicas para providenciar água em quantidade e qualidade necessária e serviços de saneamento básico (latrinas/sanitários – lajes plásticas) e outros matérias arrolados na tabela n° 12.

Tabela 12: Meios Necessários e Disponíveis - Água

Sector	Bens Necess.	Bens Disponíveis/ Existentes			Defice	Custo Unitario (103)	Custo Total (10 ³)
		Gov	Parc	Total			
Tanques flexíveis	542	486	56	542	0	0	0
Tanques rígidos	100	76	11	87	-13	8	104
Jericans	70 552	48 412	22 140	70 552	0	0	
Baldes 1x10 e 20l	33 809	8 416	25 393	33 809	0		0
Baldes com torneiras	50 000	37 861	2 400	40 261	-9 739		0
ETA	6	3	1	4	-2	1800	3 600
Purificador de água	29	15	14	29	0		0
Purificador de água pacotes	7 505	4 832	2 673	7 505	0		0
Certeza/Frascos	600 000	66 694	494	561 536	-38	0.015	577
Kits portateis testagem H2O	7	0	7	7	0		0
Total							4 281

Em termos de utensilios domésticos para apoio às famílias mais necessitadas e alojadas nos Centros de acoodação, regista-se um défice de cerca de 13 mil esteiras e cerca de 4 mil mantas, entre outros itens constantes da **tabela 13**.

Tabela 13: Meios Necessários e Disponíveis - Saneamento

Sector	Bens Necessarios	Bens Disponiveis			Defice
		Gov	Parc	Total	
Lajes	8 596	1740	6856	8 596	0
Rolos Plastico	5 600	3019	2155	5 174	-426
Pás	3000	1325	2333	3 658	658
Acinhos	250	178	0	178	-72
Botas	2000	1491	150	1 641	-359

Há igualmente meios disponíveis para o saneamento, sendo de destacar, lajes, rolos plasticos para a construçao de latrinas, entre outros materiais constantes da tabela 12b.

Tabela 14: Utensilios Domesticos Necessário e disponíveis

Sector	Bens Nece	Bens Disponiveis/Existentes				Custo Unitário (10 ³)	Custo Total (10 ³)
		Gov	Parc	Total	Deficit		
Kit de família	15000	616	14174	14790	-210	2	420
Kits de Cozinha	15000	4 327	7 498	11825	-3175	1.5	4 763
Panelas	707	622	85	707	0	0	0
Mantas	20000	6 550	9 405	15955	-4045	0.5	2 023
Roupa em sacos	115	115	0	115	0	0	
Colchoes	953	269	684	953	0	0	
Esteiras	15000	684	648	1332	-13668	0.3	4 100
Kits de dignidade	2000	0	500	500	-1500	1	1500
Kits de Higiene	31626	15583	16043	31626	0	0	0
Total							11 488

6.6 Materiais Necessarios e disponíveis no Sector da Saúde

A tabela abaixo apresenta os materiais existentes e necessários para fazer face a resposta no sector da saúde.

Tabela 15: Material de Saúde necessário e disponível

Sector	Necessidades	Bens Disponiveis/Existentes			Défice
		Gov	Parc	Total no Pais	
Tenda Hospitalar 24m2	120	72	25	97	-23
Tenda Hospitalar 72m2	2	2	18	20	0
Tenda Hospitalar 84m2	26	8	18	26	0
Cama Hospitar	302	66	236	302	0
SORO/ lactacto RINGER	79000	0	79 000	79 000	0
Sabão	30 000	7 907	10 422	18 329	-11 671
Cloro (saquetas)	26 792	67	26 725	26 792	0
Redes Mosquiteiras	922 439	911 311	11 128	922 439	0

6.7 Agricultura

Para fazer face a possíveis desastres acima mencionados, o MASA estima em cerca de **257 milhões de Meticais**, valor necessário para garantir a recuperação no sector agrário. Esta recuperação poderá ser feita individualmente, pelos sectores familiar e privado bem como pelo Governo, esta última para assistir as pessoas mais carenciadas.

Neste sentido e para prestar assistência às famílias mais necessitadas, garantir insumos agrícolas e efectuar a monitoria e avaliação permanente nas áreas afectadas pelas calamidades (desempenho das culturas em campo, Sanidade Vegetal e Animal), estima-se uma necessidade de cerca de **128.8 milhões** de meticais, o correspondente a 50% do total acima referido.

Tabela 16: Necessidades para resposta no sector da Agricultura

Sector	Bens Necessarios	Custo Total (10 ³ Mz)	Assistência a Produtores Mais Necessitados (10 ³ Mz)
Insumos	Sementes e instrumentos	204.853,00	102.426,00
Sanidade Vegetal	Pesticidas, armadilhas, etc	9.251,00	4.625,00
Sanidade Animal	Drogas e Vacinas	40.960,00	20.480,00
Monitoria e Avaliacao		2.500,00	1.250,00
Total		257.565,00	128.782,00

6.8 Comitês Locais de Gestão do Risco de Calamidades nas bacias do Licungo, Messalo e Megaruma

Os CLGRC são os primeiros intervenientes ao nível da comunidade e têm um papel fundamental na fase de prontidão e aviso prévio. Segundo a previsão hidro-meteorológica para época 2018/2019, as bacias do Licungo Messalo, Montepuez e Megaruma apresenta um risco moderado a alto de cheias. Pelo que, neste Plano de Contingência apresentam-se com destaque os CLGRC localizados ao longo destas bacias.

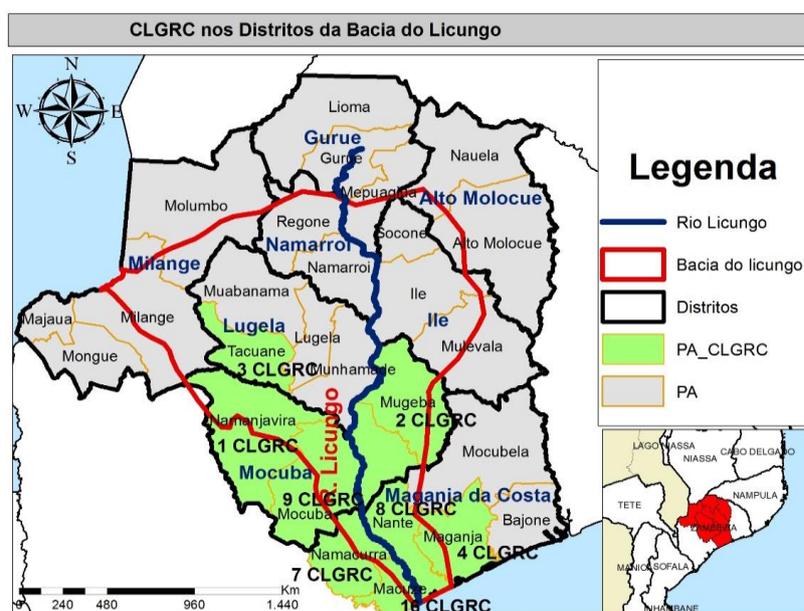


Figura 7(a): CLGR existentes nas bacias de Messalo e Megaruma

Na bacia do Licungo existem 47 CLGRC distribuídos em quatro distritos da província da Zambézia nomeadamente, Mocuba, Maganja da Costa, Lugela e Namacurra como ilustra a figura abaixo. Cerca de 60% dos CLGRC estão equipados e a maioria (cerca de metade-49%) localizam-se no distrito de Namacurra.

Nas bacias de Messalo e Megaruma, 15 comités locais dos quais, cerca de 53% , estão localizados no distrito de Mecufi e pelo menos 9 estão equipados.

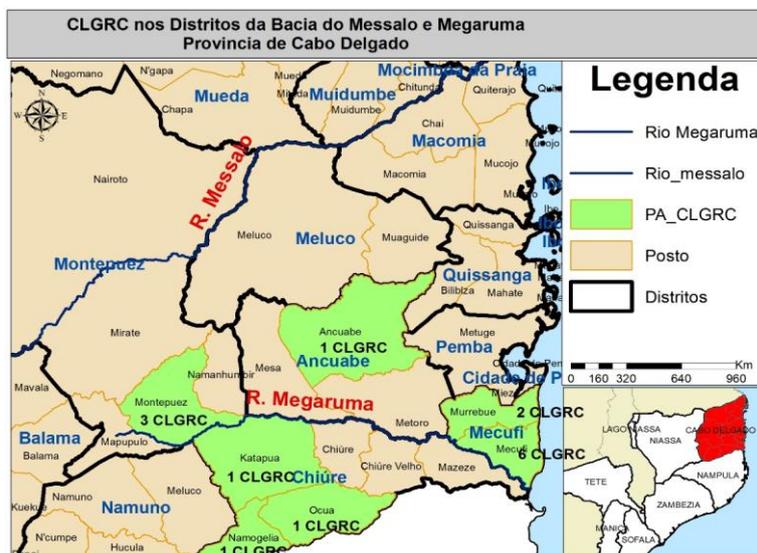


Figura 7(b): CLGR existentes nas bacias de Messalo e Megaruma

7. RECURSOS FINANCEIROS NECESSÁRIOS E DISPONÍVEIS

7.1 Orçamento global do Plano de contingência por cenários

O Orçamento do Plano é apresentado em função dos cenários da população em risco acima descritos e está desagregado por sectores, por províncias, e um agregado dos distritos de maior risco em cada província. Foram considerados como base no cálculo do orçamento, três aspectos para responder o défice, designadamente, (i) as actividades previstas nos períodos de prontidão, resposta e recuperação, sobretudo aquelas que não coincidem com o curso normal do funcionamento das instituições e (ii) a necessidade de aquisição de produtos alimentares e materiais e (iii) a necessidade de cobrir as despesas com a logística, operações de busca e salvamento, gestão de centros de acomodação temporária, preposicionamento de meios, monitoria permanente dos eventos, para além de operacionalização de todo o sistema de coordenação.

Neste sentido, o PC 2018/2019 está estimado em cerca de **852 milhões de meticais para o cenário I, 1.3 mil milhões para o cenário II e cerca de 1.8 mil milhões para o cenário III.** No geral, o orçamento previsto apresenta-se mais elevado em todos os cenários, se comparados com os do plano anterior (2017-2018) em parte devido a situação prevalecente da insegurança alimentar.

Tabela 17: Resumo do Orçamento Global por Cenários

(10³ MZN)

	Distritos	SP	INGC	MASA	MOPHRH	MINEDH	MISAU	MGCAS	MITADER	MTC	MIC	MINT	MDN	MIREM	MMAIP	MCTESTP	MEF/INE	MJD	Total
Cenário I	24 074	514	244 083	123 603	164 176	14 353	23 643	6 615	6 461	7 853	6 272	2 687	570	218 854	3 113	4 565	1 100	1 150	853 788
Cenário II	33 704	1 050	325 656	149 885	244 978	26 788	31 846	7 060	7 779	12 122	10 147	3 566	730	482 820	4 493	1 540	1 200	1 150	1 346 713
Cenário III	64 038	563	362 548	282 977	390 965	21 485	50 191	8 563	9 617	16 635	10 649	4 417	4 690	536 665	3 555	2 505	1 400	1 150	1 773 571

No âmbito da operacionalização do Plano de Contingência, o Governo inscreveu no Orçamento do Estado cerca de **206 milhões** de Meticais. No entanto, o orçamento projectado para responder aos eventos previstos no Cenário II, é de cerca **1.3 mil milhões de meticais**, o que ilustra que há défice de **1.1 mil milhões meticais** que deverão ser mobilizados junto dos parceiros de cooperação.

O orçamento acima apresentado, não inclui a componente de estradas que tem um tratamento específico. O Sector dispõe de cerca de **24.764.000,00Mt** para a realização de obras de emergência durante a presente época chuvosa.

6.2 Fundo de Gestão de Calamidades

O Fundo de Gestão de Calamidades (FGC) é uma conta bancária gerida pelo Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC). O fundo foi constituído em 2017 ao abrigo do número 1 do artigo 23 da Lei número 15/2014. A dotação mínima anual do Estado, é de 0,1% do Orçamento do Estado, sendo que o Fundo conta com a comparticipação de parceiros de cooperação.

O Governo programou no Orçamento de Estado 2019 cerca de **206 milhões** de meticais para o FGC. Estes recursos destinam-se exclusivamente ao financiamento das actividades do **reforço da Prontidão, Resposta e Recuperação**, nomeadamente:

- a) Prontidão e resposta às calamidades, que incluem medidas de reforço da prontidão, operações de busca e salvamento, distribuição de bens de apoio nos centros de acomodação, recuperação pós calamidades;
- b) Iniciativas dos Órgãos locais do Estado, orientados para o reforço da prontidão e da capacidade de resposta e de recuperação às calamidades junto das comunidades.

Os **beneficiários do FGC** são as Instituições do Estado directamente ligadas à prontidão, resposta pós-calamidades no quadro da implementação do Plano Anual de Contingência.

7. MECANISMOS DE COORDENAÇÃO, REVISÃO E MONITORIA

7.1 Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades (CCGC)

O CCGC é presidido pelo Primeiro-Ministro e integra todos os membros do Conselho de Ministros dos sectores que intervêm directamente na área de gestão e redução do risco de desastres naturais. O CCGC tem como responsabilidade garantir a coordenação das operações de emergência e a implementação do Plano Director de Prevenção e Mitigação de Calamidades Naturais.

7.2 Conselho Técnico de Gestão de Calamidades (CTGC)

O CTGC é dirigido pelo Director Geral do INGC e é constituído pelos Directores Nacionais dos sectores relevantes, indicados pelos Ministros membros do Conselho Coordenador de Gestão de Calamidades. O CTGC tem como principal responsabilidade coordenar os sistemas sectoriais de aviso prévio sobre iminência de desastres de origem meteorológica, hidrológica, geológica, epidemias e segurança alimentar e garantir a implementação multisectorial dos diversos planos no âmbito da redução da vulnerabilidade e risco de calamidades. Podem ser convidados para o CTGC representantes da HCT e do sector privado.

7.3 Centro Nacional Operativo de Emergência (CENOE)

O CENOE é uma estrutura de coordenação multisectorial e de tomada de decisões onde convergem representantes de instituições do Governo, Sociedade Civil e grupos de actores que participam directamente nas operações de resposta à desastres. O objectivo do CENOE é implementar acções de prevenção, mitigação e resposta às calamidades, incluindo monitoria dos eventos extremos e gestão das operações de emergência.

O CENOE é coordenado pelo INGC e tem a sua sede em Maputo e representações operacionais em Vilanculos (Inhambane), Caia (Sofala) e Nacala (Nampula). Nas províncias, os Centros Operativos de Emergências (COEs) representam o desdobramento do CENOE.

A Unidade Nacional de Protecção Civil (UNAPROC) é o órgão interventivo do CENOE em operações de emergência e tem como missão principal realizar operações de busca, salvamento e assistência Humanitária.

7.4 Sectores do CENOE: Papeis e Responsabilidades

O CENOE está subdividido em quatro sectores principais, a destacar: (i) *Planificação e Informação*, liderado pelo Ministério da Economia e Finanças (ii) *Infra-estruturas*, liderado pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos, (iii) *Social*, liderado pelo Ministério da Saúde e (iv) *Comunicação*, liderado pelo Gabinete de Informação. Cabe a cada um dos sectores:

- Liderar os respectivos sectores em todo o processo de gestão de calamidades;
- Elaborar de forma atempada e operacionalizar os planos de respostas;
- Assegurar a participação e colaboração activa das contrapartes sectoriais da HCT na coordenação e implementação da resposta;
- Partilhar de informação entre os sectores sobre as acções de resposta as emergências;
- Realizar avaliações multisectoriais das operações de emergência, assistência humanitária e reconstrução pós-emergência;
- Elaborar os relatórios balanços sectoriais pós emergência.

7.5 Complementaridade das acções da Equipe Humanitária Nacional (HCT)

A Equipa Humanitária Nacional (HCT), que complementa os esforços do Governo nas acções de planificação, coordenação, gestão e resposta aos desastres, está organizada em grupos especializados de trabalho, nomeadamente *Educação, Protecção, Saúde, Nutrição, Água e Saneamento, Segurança Alimentar, Abrigo, Logística, Telecomunicações de Emergência e Recuperação Inicial*.

Estes grupos estão integrados nos quatro sectores do CENOE (Planificação e Informação, Infra-estruturas, Social e Comunicação) e estão alinhados com as respectivas contrapartes ministeriais. O alinhamento contribui para redução da duplicação de esforços e de recursos bem como para maximização do uso eficiente dos recursos e a preservação dos direitos e dignidade das populações afectadas e sua participação ao longo de todo o processo de gestão de calamidades.

A nível provincial, foi institucionalizado o papel do ponto focal da HCT como uma prática e um mecanismo de coordenação da resposta a este nível. O ponto focal provincial do HCT representa o coordenador do HCT a nível provincial e é encarregado de apoiar e facilitar a coordenação com as autoridades do Governo na província através da coordenação sectorial/cluster, incluindo a coordenação com o INGC e entre os actores humanitários para complementar os esforços da resposta a emergência.

A HCT, através dos seus sectores, tem providenciado apoio técnico, material e financeiro de modo a aumentar a capacidade de resposta dos sectores do Governo, observando os padrões internacionais e princípios humanitários que regem a gestão e resposta a situações de emergência.

Na perspectiva de garantir um alinhamento entre as acções planificadas pelo Governo e o apoio dos parceiros de cooperação, foram integrados nos sectores do Governo os meios humanos e materiais existentes bem como o tipo de intervenção a ser efectuada nos períodos de *prontidão, resposta e recuperação*.

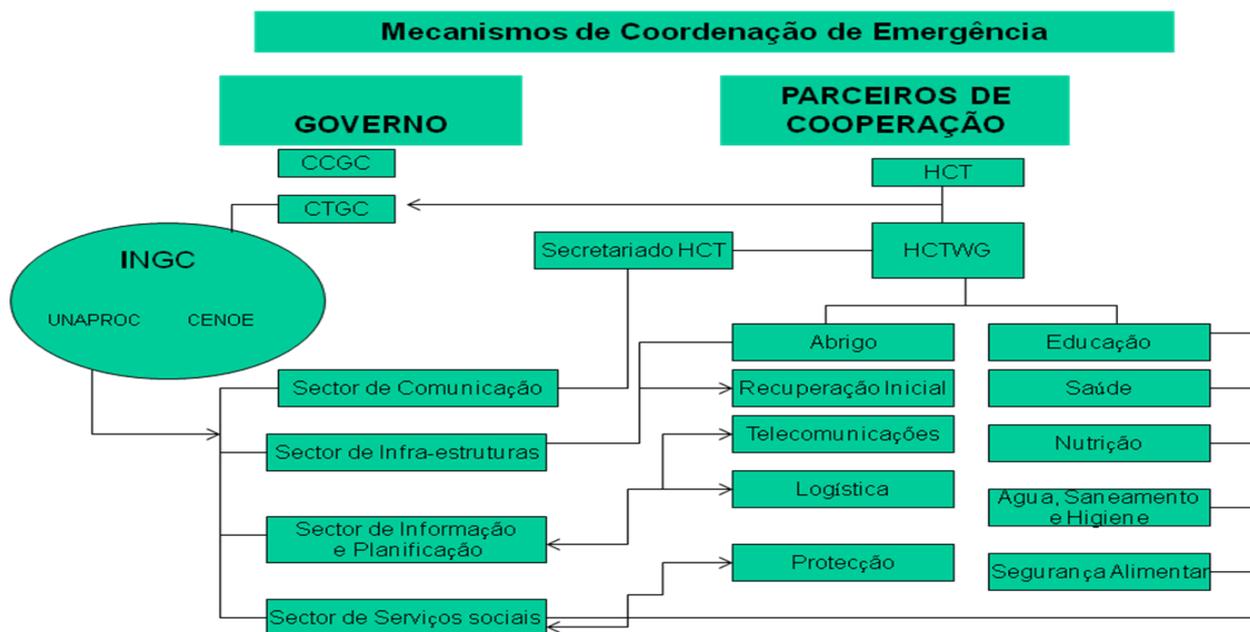


Figura 8: Mecanismo de Coordenação entre o Governo e Equipe Humanitária

GLOSSÁRIO

Ameaça – um fenómeno, substância, actividade humana perigosa ou condição que pode causar perda de vida, ferimentos ou outros impactos na saúde, danos materiais, perda de meios de subsistência e serviços, ruptura social e económica ou danos ambientais.

Assistência Humanitária – ajuda prestada às populações afectadas pelas calamidades.

Calamidade - Sinistro causado por um fenómeno natural, tecnológico, biológico, geológico ou derivado da acção humana, em proporções susceptíveis de criar risco de vida, danos humanos e materiais, bem como a ruptura de infraestruturas económicas e sociais de uma comunidade.

Emergência - Estado resultante da ocorrência súbita de uma calamidade que afecta pessoas e bens e exige medidas urgentes e excepcionais para restabelecer a normalidade.

Exposição- pessoas, bens, sistemas ou outros elementos presentes em zonas de risco, que estão sujeitas a perdas potenciais.

Prevenção - Actividades e medidas para evitar riscos de desastres existentes e novos.

Mitigação – Redução ou minimização dos impactos adversos de um evento perigoso.

Capacidade de Contenção – capacidade das pessoas, organizações e sistemas, usando as habilidades e recursos disponíveis, para enfrentar e gerir as condições adversas, emergências ou desastres.

Prontidão - Conhecimento e capacidades desenvolvidas pelos Governos, Organizações Humanitárias, Comunidades e Indivíduos para efectivamente antecipar, responder e se recuperar dos impactos de catástrofes prováveis, iminentes e actuais. **Recuperação**- restauração e melhoria onde for apropriado, de instalações, meios de subsistência e as condições de vida das comunidades afectadas por desastres, incluindo esforços para reduzir os factores de risco de desastres.

Resiliência - Capacidade de um sistema, comunidade ou sociedade exposta a riscos de resistir, absorver, acomodar, se adaptar, transformar e recuperar dos efeitos de um perigo em tempo útil e de maneira eficiente, inclusive através da preservação e restauração de sua estruturas básicas essenciais e funções com base na gestão dos riscos.

Risco de Desastre - Potencial perda de vidas, lesões ou activos destruídos ou danificados que podem ocorrer a um sistema, sociedade ou comunidade em um determinado período de tempo, calculado de forma probabilística em função do perigo, exposição, vulnerabilidade e capacidade.

Vulnerabilidade – Condições determinadas por factores ou processos físicos, sociais, económicos e ambientais que aumentam a susceptibilidade de um indivíduo, uma comunidade, activos ou sistemas aos impactos de perigos.